

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DANIEL DELIBERALI

**ESTADO E PODER EM ANGOLA: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO POPULAR
DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO
ANGOLANO (1956-1992)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SANTANA DO LIVRAMENTO

2016

DANIEL DELIBERALI

ESTADO E PODER EM ANGOLA: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO POPULAR DE
LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO
(1956-1992)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa -
UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kamilla Raquel Rizzi

SANTANA DO LIVRAMENTO

2016

DANIEL DELIBERALI

ESTADO E PODER EM ANGOLA: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO POPULAR DE
LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO
(1956-1992)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa -
UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___.

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof^a. Dr^a. Nathaly Silva Xavier Schütz
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Balardin
(UNIPAMPA)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

327.67

D353e Deliberali, Daniel

ESTADO E PODER EM ANGOLA: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO
POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) E A CONSTRUÇÃO DO
ESTADO ANGOLANO (1956-1992) / Daniel Deliberali.

77 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade Federal do Pampa,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016.

"Orientação: Kamilla Raquel Rizzi".

1. Angola. 2. Movimento Popular de Libertação de Angola. 3. Construção do
Estado Africano. 4. África. 5. Nacionalismo. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Almerinda e Nelson, por acreditarem em mim e não medirem esforços para que eu vivenciasse as melhores experiências possíveis. Obrigado pelo carinho, pelos conselhos, pela compreensão com minhas ausências e por se transformarem constantemente frente aos desafios da vida. São meu exemplo e sou imensamente grato por tudo.

Agradeço a toda a minha família, em especial minha irmã e cunhado, por estarem sempre presentes, me incentivando a ir além; a pequena Letícia que, mesmo distante, me abraçou com sua inocência e alegria durante o fim da graduação; e Rosângela e Kariane, por serem amigas e confidentes, preenchendo a minha vida com carinho e gargalhadas.

Um grande agradecimento à minha orientadora, Prof^a Kamilla Rizzi, não só pela contribuição sem medida durante a formulação deste trabalho, mas também pelo conhecimento transmitido durante os dois anos e meio de orientação. Obrigado por instigar o gosto pelos estudos africanos e me inspirar, sendo um exemplo de profissional.

À Prof^a Nathaly Schütz, agradeço pelos ricos ensinamentos e por confiar a mim a organização do PAMPASUL, oportunizando uma das experiências mais intensas e desafiadoras da graduação. Agradeço também aos professores e professoras: Rafael Balardin, Ana Luísa, Anna Carletti, Flávio Lira, Rafael Schmidt e Margarete Lopez por despertarem questionamentos e fazerem da universidade um ambiente acolhedor e enriquecedor.

Agradeço também a todos os amigos que fiz durante a graduação. A Mariana, Felipe, Gabriel, Diulia, Lidiane e Isabella por todos os momentos vividos, desde as boas risadas aos desesperos inerentes da graduação. Agradeço, em especial, ao Gustavo pela maravilhosa amizade que construímos e por ser um contraponto, me dando coragem nos momentos que mais preciso.

Por fim, agradeço à República Federativa do Brasil por oportunizar um ensino público, gratuito e de qualidade, bem como à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Pampa e à cidade de Santana do Livramento que foram o meu lar e me oportunizaram valiosas experiências.

"Where understanding dissolves, prejudice thrives. Where prejudice thrives, the lives of ordinary people becomes opaque"

Patrick Chabal

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a transformação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em partido político e sua contribuição na construção do Estado angolano (1956-1992). Com expressiva importância regional no entorno da África Austral e do continente africano como um todo, Angola apresenta algumas peculiaridades no contexto de construção histórica das suas instituições, as quais, criadas em um cenário de reconstrução do país após a luta de independência e, posteriormente, regidas em um ambiente de guerra civil, estiveram submetidas à administração do MPLA – considerado, até 1992, o único partido nacional –, sendo esse o principal gestor do Estado até os dias atuais. A pesquisa, fundamentada no resgate de aspectos históricos, inicia com a apresentação da formação do MPLA, enquanto movimento nacionalista. Na sequência, trata-se do contexto de Guerra de Independência, o qual propiciou o momento para que o MPLA conquistasse o poder. Por fim, a pesquisa discorre a respeito da transformação do MPLA em partido político em um cenário de Guerra Civil internacionalizada. Conclui-se, a partir do estudo, que a transformação do MPLA em partido político teve diversas consequências para a construção do Estado angolano, entre as quais, pode-se citar: o auxílio na organização do Estado, das funções e estruturas públicas; o estabelecimento de relações externas privilegiadas com países do bloco socialista; a influência na continuidade da Guerra Civil até 1992 – período no qual houve a primeira tentativa real de por fim ao conflito –; e o delineamento do Estado angolano à sua maneira, uma vez que vigorava o sistema monopartidário até 1992.

Palavras-chave: Angola. Movimento Popular de Libertação de Angola. Construção do Estado Africano. África. Nacionalismo.

ABSTRACT

STATE AND POWER IN ANGOLA: THE TRAIL OF THE MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) AND THE ANGOLAN STATE-BUILDING (1956-1992)

This paper aims to analyze the transformation of the *Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA) into a political party and its contribution in the building of the Angolan state. Besides having an expressive regional importance in Southern Africa and in the African continent as a whole, Angola presents certain peculiarities regarding the historical formation of its institutions, which were created in a context of rebuilding of the country after the independence war and then managed in a scenery of civil war, also being submitted to MPLA's administration. The latter was considered, until 1992, the only national party, remaining in that position until today. The study, which is based on historical aspects, begins with a discussion on the formation of the MPLA as a nationalist movement. Furthermore, it explains the context of the Cold War, which propitiated the necessary moment for MPLA to ascend to power. Finally, the work discusses the transformation of the MPLA into a political party in a scenery of internationalized civil war. The conclusion is that the transformation of the MPLA into a political party had several consequences to the building of the Angolan state: the support during the organization of the state, its functions and its public structures; the establishment of privileged external relations with countries that belonged to the socialist bloc; the influence on the continuity of the civil war until 1992 – period in which there was the first real attempt to end the conflict; and the structuring of the Angolan state in its own way, since the one-party system existed until 1992.

Keywords: Angola. Movimento Popular de Libertação de Angola. African State-building. Africa. Nationalism.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa político de Angola.....	12
Mapa 2 - Mapa do Reino do Kongo.....	29
Mapa 3 - Mapa de Angola com as áreas de influência de cada movimento pré-independência.....	41
Mapa 4 - Mapa étnico-linguístico de Angola.....	56
Mapa 5 - Mapa de recursos minerais explorados em Angola.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS

ACA - American Committee of Africa
ALIAZO - Aliança Angolana dos Originários do Zombo
ANANGOLA - Associação Regional dos Naturais de Angola
CABGOC - Cabinda Gulf Oil Company
CEA - Centro de Estudos Africanos
CEI - Casa dos Estudantes do Império
CIA - Central Intelligence Agency
CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
DIAMANG - Companhia de Diamantes de Angola
ELA - Exército de Libertação de Angola
ELNA - Exército de Libertação de Angola
EUA - Estados Unidos da América
FAPLA - Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FNL - Frente Nacional de Libertação
FNLA - Frente Nacional para a Libertação de Angola
FRA - Frente de Resistência em Angola
FMI - Fundo Monetário Internacional
GRAE - Governo Revolucionário de Angola no Exílio
IDE - Iniciativa de Defesa e Estratégia
JMPLA - Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola
JSN - Junta de Salvação Nacional
LNA - Liga Nacional Angolana
MAC - Movimento Anticolonialista
MIA - Movimento para a Independência de Angola
MINA - Movimento para a Independência de Angola
MLA - Movimento Libertação de Angola
MLN - Movimento de Libertação Nacional
MLNA - Movimento de Libertação Nacional de Angola
MNC - Movimento Nacional Congolês
MNIA - Movimento dos Novos Intelectuais de Angola
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MPLA-PT - Movimento Popular de Libertação de Angola - Partido do Trabalho

OMA - Organização da Mulher Angolana

ONU - Organização das Nações Unidas

OPA - Organização dos Pioneiros Angolanos

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA - Organização da Unidade Africana

PCA - Partido Comunista de Angola

PCDA - Partido Cristão Democrático de Angola

PCP - Partido Comunista Português

PDA - Partido Democrático de Angola

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PLUAA/PLUA - Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

SADCC - Southern African Development Coordination Conference

SADF - South African Defence Force

SARA - Serviço de Assistência dos Refugiados Angolanos

SEF - Saneamento Económico e Financeiro

Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

SWAPO - South West Africa People's Organization

UNAVEM I - Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I

UNAVEM II - Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola II

UNITA - União Nacional para Libertação Total de Angola

UNTA - União dos trabalhadores Angolanos

UNTAG - Grupo das Nações Unidas de Assistência à Transição

UPA - União das Populações de Angola

UPNA - União das Populações do Norte de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 EMBASAMENTO TEÓRICO	16
2 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) (1956-1961)	22
2.1 O COLONIALISMO PORTUGUÊS NA ÁFRICA	22
2.2 GÊNESE DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA	27
2.2.1 O Protonacionalismo e as Primeiras Manifestações Nacionalistas	27
2.2.2 Os Movimentos de Libertação Angolanos	30
3 GUERRA DE INDEPENDÊNCIA E A ASCENÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO (1961-1975)	38
3.1 O INÍCIO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL	38
3.2 O MPLA, UPA E UNITA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	41
3.3 O ACORDO DE ALVOR.....	45
4 A TRANSFORMAÇÃO DO MPLA EM PARTIDO POLÍTICO (1975-1992)	50
4.1 O PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA E A GUERRA CIVIL INTERNACIONALIZADA	50
4.2 A TRAJETÓRIA DO MPLA: DA FASE MARXISTA-LENINISTA À MUDANÇA DE POSTURA POLÍTICO-IDEOLÓGICA (1975-1991).....	55
4.3 O SISTEMA MULTIPARTIDÁRIO E OS ACORDOS DE BICESSE (1991-1992)....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

Angola localiza-se na parte sudoeste do continente africano, fazendo fronteira ao oeste com o Oceano Atlântico (1,600 km), ao leste com a Zâmbia (1,065 km), ao norte com o Congo-Brazzaville (231 km) e a República Democrática do Congo (2,646 km, dos quais 225 km é referente a fronteira do enclave da província de Cabinda), e ao sul com a Namíbia (1,427 km) (CIA, 2016). Com expressiva importância regional no entorno da África Austral e do continente africano como um todo, Angola apresenta algumas peculiaridades no contexto de construção histórica das suas instituições, as quais, criadas em um cenário de reconstrução do país após a luta de independência e, posteriormente, regidas em um ambiente de guerra civil, estiveram submetidas à administração do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – considerado, até 1992, o único partido nacional –, sendo esse o principal gestor do Estado até os dias atuais.

Mapa 1 – Mapa político de Angola



Fonte: www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf

Nesse sentido, deve-se ter em vista o contexto de descolonização do continente africano. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela ascensão de movimentos de libertação na África, os quais buscavam autonomia dos seus territórios e o fim da exploração colonial. A presença europeia, iniciada no século XV e consolidada com a Conferência de Berlim (1884-1885), subjugou o continente africano a séculos de abusos e interferências estrangeiras nas relações dessa região com o restante do mundo. No caso específico de Angola, os movimentos de emancipação mais duradouros foram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para Libertação Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA).

Em um contexto de agitação crescente e diante da resistência exercida por Portugal em conceder autonomia, iniciou-se uma luta armada pela independência de Angola entre os três movimentos e contra o governo português. Apesar da pressão e crítica à colonização, Portugal, que vivia sob a égide de regimes autoritários¹, resistia fortemente ao processo de descolonização, alegando a vinculação histórica das colônias ao Estado português. Desse modo, devido à situação interna dos seus territórios além-mar, Portugal foi alvo de críticas e contestações sobre a colonização, fazendo com que o Estado europeu promovesse algumas medidas para atenuar tais pressões, como o incentivo a emigração portuguesa para a colônia. No entanto, essas ações não foram suficientes. A Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, derrubou o governo salazarista de Marcello Caetano, que acabou por redemocratizar Portugal e deu novo ânimo ao processo de independência angolano.

Em 15 de janeiro de 1975, com o Acordo de Alvor, assinados entre o MPLA, UNITA e FNLA e o governo de Portugal, encontrou-se uma alternativa para cessar a guerra de libertação, estabelecendo um governo provisório e planejando a independência de Angola para o dia 11 de novembro de 1975. No entanto, o acordo foi logo descumprido com a transformação de Angola em uma arena do confronto Leste-Oeste engendrado pela Guerra Fria, a qual acabou por propiciar o momento para que o MPLA declarasse, unilateralmente, a independência da República Popular de Angola, sob a presidência de Agostinho Neto. A partir disso, o novo Estado ficou sob a égide da administração do MPLA, o qual produziu a primeira constituição do país, deixando de ser um movimento de libertação para se tornar o único partido político oficialmente reconhecido no território angolano. Cabe salientar, que a declaração unilateral de independência conduziu o Estado recém-independente a um contexto

¹ Entre os anos de 1932 a 1968 sob o governo de Antônio Salazar e entre 1968 a 1974 o governo de Marcello Caetano.

de Guerra Civil entre o MPLA e os demais movimentos de libertação, a qual teve sua primeira tentativa real de por fim ao conflito a partir da assinatura dos Acordos de Bicesse (1991-1992) entre as partes envolvidas.

Desse modo, tendo em vista a importância da gênese do MPLA como movimento nacionalista e, posteriormente, como partido político na constituição do Estado angolano, o presente trabalho tem como objetivo analisar a transformação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956, em partido político, com a independência em 1975 e a contribuição deste na construção do Estado angolano. Em termos temporais, busque-se transcorrer desde a gênese do MPLA (1956) até o momento em que o sistema político de Angola se torna multipartidário (1992). Cabe salientar que, embora a institucionalização do MPLA como organização política tenha ocorrido em 1960, o ano de 1956 assinalou o estabelecimento dos fundamentos da linha político-ideológica que o guiou.

Nesse sentido, a problematização da pesquisa esteve centrada no questionamento de quais as consequências da transformação do MPLA em partido político para a construção do Estado angolano. A hipótese levantada pela pesquisa perpassa pela transformação do MPLA em partido político, tendo diversas consequências para a construção do Estado angolano. Por um lado, o MPLA, ao assumir o governo de Angola em novembro de 1975, na figura do presidente Agostinho Neto, auxiliou na organização do Estado, das funções e estruturas públicas, além de estabelecer relações externas privilegiadas com países do bloco socialista, tipificando a inserção do país no sistema internacional, a partir de uma noção muito clara das relações Leste-Oeste. Por outro, compreende-se que o MPLA, ao fixar-se no poder de Angola desde 1975, influenciou a continuidade da Guerra Civil até 1992 – período no qual houve a primeira tentativa real de por fim ao conflito –, tendo em vista que os demais movimentos de libertação (UNITA e FNLA) mantiveram o confronto com o partido no governo. Ademais, o MPLA acabou por moldar o Estado angolano à sua maneira, uma vez que vigorava o sistema monopartidário até 1992.

O estudo justifica-se por analisar o continente africano e a constituição dos seus Estados. Por muito tempo, a região foi mantida sob o regime de exploração colonial, enraizando e reproduzindo características essencialmente centrais, mas que não serviam para sua realidade periférica. Desse modo, entendendo o Estado como ator central no sistema internacional, faz-se necessário compreender as dinâmicas desenvolvidas no território, constituído por 54 (cinquenta e quatro) países e historicamente importante para o desenvolvimento dos Estados como se entende atualmente.

Por sua vez, quanto à justificativa do recorte temporal, compreende-se que o estudo e a reflexão do passado são de extrema importância para entender o presente e o futuro. O fato de o MPLA estar no poder por tanto tempo tem raízes nas decisões tomadas anteriormente, as quais satisfazem as vontades de uma determinada parcela da população. Desse modo, com a instauração do sistema multipartidário em 1992, essa dinâmica muda e propicia um caminho alternativo para o desenvolvimento do Estado angolano. Cabe salientar que o presente trabalho, além de potencializar os estudos de Relações Internacionais no Brasil, contribui para manter e aprofundar os laços histórico-culturais advindos da situação de colônia perpetuada por Portugal entre os dois lados do Oceano Atlântico.

No que tange aos aspectos metodológicos, entende-se que a construção do objeto de estudo, o qual refere-se à transformação do MPLA em partido político, está fundamentada no resgate de fatores históricos. Para tanto, no presente trabalho será utilizado o método qualitativo de investigação, uma vez que este se centra no aprofundamento da compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. O trabalho baseia-se, em um primeiro momento, ao elucidar a transformação do MPLA em partido político, na análise histórico-descritiva. Em um segundo momento, ao analisar a relação entre a trajetória do MPLA e a construção do Estado angolano, utiliza-se o método hipotético-dedutivo. Ademais, no que tange aos procedimentos para a concretização da pesquisa, serão utilizados a análise bibliográfica e documental de fontes primárias (documentos oficiais, discursos, legislações, entre outros) e secundárias (jornais, revistas, artigos, bem como livros especializados no tema).

O trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo é referente a formação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Nele, busca-se fazer uma retomada histórica do período que antecede a independência de Angola e que substanciou as decisões do MPLA enquanto movimento nacionalista. Desse modo, apresentam-se as principais características do colonialismo português, evidenciando os motivos que tornaram necessária a luta pela libertação nacional. Posteriormente, apresenta-se a gênese dos movimentos de libertação, abordando o estabelecimento das primeiras manifestações nacionalistas, por meio dos jornais, literatura e cultura, até a institucionalização de fato. Nesse contexto, destaca-se a formação do MPLA e da União das Populações de Angola (UPA), uma vez que possuíam um projeto nacionalizante e atraíram atenção internacional para a guerra de libertação.

Na sequência, o segundo capítulo destina-se a descrição da Guerra de Independência, momento em que propiciou a ascensão do MPLA ao poder. Para isso, o capítulo é dividido em três seções, sendo a primeira destinada a exposição dos acontecimentos e da conjuntura

que deu início a luta pela libertação colonial. Sequencialmente, a segunda seção, apresenta a atuação do MPLA, da UPA/FNLA e da UNITA nesse cenário, as quais com exacerbadas diferenças político-ideológicas, inviabilizaram a formulação de um projeto conciliatório para a luta de libertação, atuando de forma separada e buscando estender a sua área de influência para a totalidade do território angolano a partir de diferentes apoios externos. Por fim, a terceira seção aborda o contexto em que ocorreram as negociações em torno do Acordo de Alvor, que estabeleceu as regras e procedimentos do processo de independência.

Finalmente, o terceiro capítulo investiga a transformação do MPLA em partido político, a qual ocorreu em um ambiente de Guerra Civil iniciado a partir da declaração unilateral de independência pelo MPLA, sendo a UNITA a principal oposição. Desse modo, ao longo do capítulo, aborda-se o contexto do período pós-independência e de Guerra Civil internacionalizada, caracterizado pelos apoios externos aos movimentos e, conseqüentemente, a manutenção da luta armada. Na segunda parte, busca-se analisar a trajetória do MPLA na administração de Angola, apontando o caráter inicial do partido político, guiado pelo marxismo-leninismo, até o momento em que promove uma mudança na sua postura político-ideológica, promovendo a liberalização econômica e política, pela qual estabeleceu a mudança do sistema político para o multipartidarismo, concedendo gradativamente as liberdades políticas dentro do Estado angolano.

1.1 EMBASAMENTO TEÓRICO

Para elucidar a compreensão do presente trabalho é necessário formar um arcabouço teórico tangível, destacando alguns conceitos e definições importantes para análise. Inicialmente, entende-se que as relações internacionais ocorrem em um ambiente denominado Sistema Internacional, o qual, de acordo com Merle,

[...] é o meio onde se processam as relações entre os diferentes atores que compõem e fazem parte do conjunto das interações sociais que se processam na esfera do internacional, envolvendo seus atores, acontecimentos e fenômenos (MERLE, 1981, pág 43).

Sob a perspectiva Realista das Relações Internacionais, compreende-se que o sistema internacional, em contraposição ao sistema doméstico, é essencialmente anárquico, ou seja, é um ambiente caracterizado pela inexistência de uma autoridade central global acima dos Estados soberanos. Nesse contexto, o papel central do Estado constitui elemento essencial de

análise, sendo considerado o principal ator do cenário internacional (DUNNE; SCHMIDT, 2001). Cabe salientar que o conceito de Estado utilizado neste trabalho refere-se a “uma associação territorial de pessoas reconhecidas para o propósito do direito e da diplomacia como membro igualmente legal do sistema de Estados”² (NORTHEGE *apud* CLAPHAM, 2012, p. 11, tradução nossa).

Todavia, o Estado moderno ocidental estabelecido pela Paz de Westfália em 1648 – seguindo as premissas de soberania territorial, hegemonia estatal e laicismo – não se encaixam da mesma forma à realidade africana. Isso pode ser evidenciado ao considerarmos as dinâmicas do continente africano em que o regime colonial e o posterior processo de emancipação política das colônias – o qual teve seu auge na década de 1960 – fragilizaram a edificação dos novos Estados e tornaram indispensável a afirmação de suas soberanias interna e externa. Desse modo, é necessário destacar algumas diferenças essenciais entre o Estado nos moldes westfaliano e o Estado africano.

Segundo Clapham (2012, p. 11, tradução nossa), “o reconhecimento da soberania de um Estado, tanto internamente por suas populações e externamente por outros Estados, confere aos governos o poder de agir em nome do Estado em suas transações internas e externas. As relações internacionais, em seguida, consistem em um diálogo entre os governos dos Estados, e por meio deles, entre suas populações”³. Na prática, no que tange aos Estados africanos, há uma lacuna nos atributos comumente estabelecidos aos Estados europeus.

O critério que mais freqüentemente não é alcançado é a legitimidade do governo, o que confere ao governo de um Estado o direito moral de agir em nome de sua população. [...] O fracasso do princípio da legitimidade governamental dissolve a relação moral - que é assumida pelo mito da soberania - existente entre a população do Estado e as pessoas que governam. Isso significa que os governantes não governam em nome dessas pessoas, por mais que eles podem reivindicar a fazê-lo, mas em vez disso simplesmente governam em seu próprio nome e de seus apoiadores⁴ (CLAPHAM, 2012, p. 12-13, tradução nossa).

² Texto original: “a territorial association of people recognized for purposes of law and diplomacy as a legally equal member of the system of states.” (NORTHEGE *apud* CLAPHAM, 2012, p. 11).

³ Texto original: “The recognition of their statehood, both internally by their populations and externally by other states, entitles the governments of states to act on behalf of the state in its internal and external transactions. International relations then consists in a dialogue between the governments of states, and through them, between their populations” (CLAPHAM, 2012, p. 11).

⁴ Texto original: “The criterion that is most frequently not achieved is governmental legitimacy, which confers on the government of a state the moral right to act on behalf of its population. [...] The failure of the principle of governmental legitimacy dissolves the moral relationship that is assumed by the myth of statehood to exist between the population of the state and the people who run it. It means that rulers do not govern on behalf of those people, however much they may claim to do so, but instead govern simply on their own behalf and that of their supporters” (CLAPHAM, 2012, p. 12-13).

Ainda de acordo com Clapham (2012), um segundo critério que os diferencia é a legitimidade territorial, na qual um governo busca controlar o território de um Estado mesmo com a falta de consentimento voluntário por parte da população.

Tendo em vista que um grande número de limites territoriais, incluindo nomeadamente a maioria dos atribuídos pelo colonialismo para os Estados da África e Ásia, foram elaborados por meios que prestaram pouca ou nenhuma atenção aos pontos de vista das pessoas que foram incorporadas a esses limites, não deveria ser nenhuma surpresa a ausência de um consentimento. Em particular, essas origens pode muito bem levar a uma situação em que uma parte da população - distingue-se pela sua força numérica, localização estratégica, ou a adesão a critérios (como a língua ou religião) em termos do qual a idéia do Estado está implicitamente definido – é vista como pertencente ao Estado, ao passo que outros setores da população não⁵ (CLAPHAM, 2012, p. 13, tradução nossa).

O terceiro critério é o da incapacidade de exercer controle efetivo sobre um território, a qual muitos governos não conseguem atingir. De forma mais frequente, “os governos que controlam a capital são incapazes de estender esse controle sobre o conjunto do território nacional formal, em face da oposição dos senhores da guerra, rebeldes ou separatistas, ou o colapso de seu próprio aparato administrativo”⁶ (CLAPHAM, 2012, p. 14, tradução nossa).

Dessa forma, esses países que não cumprem os requisitos formais de constituição dos Estados são de grande importância, pois, além de ilustrar aspectos importantes da maneira pela qual o sistema internacional funciona, também afetam um número substancial de Estados. É importante salientar que, como exposto por Clapham (2012, p. 14-15, tradução nossa), “essa falha da realidade para corresponder a um ideal não é mais que a condição normal da humanidade, e não é em si uma causa de preocupação. O que importa é que as pessoas fazem quando seus ideais não são cumpridos”⁷, pois uma grande parcela da população mundial foi diretamente afetada por ela, em especial, os africanos.

⁵ Texto original: “Claims to territorial legitimacy are likewise frequently contested, as for example when a government asserts its right to control part of the territory of the state, despite the absence of willing consent on the part of those who live within it. [...] Given that a large number of territorial boundaries, including notably most of those assigned by colonialism to the states of Africa and Asia, were drawn up by means which paid little if any attention to the views of the people who were incorporated within them, it should be no surprise if the boundaries of states, or even their right to exist at all, were not generally accepted. In particular, these origins may well lead to a situation in which one part of the population - distinguished by its numerical strength, strategic location, or adherence to criteria (such as language or religion) in terms of which the idea of the state is implicitly defined - viewed itself as belonging to the state, whereas other sections of the population did not” (CLAPHAM, 2012, p. 13).

⁶ Texto original: “More often, governments which control the capital city are unable to extend that control over the whole of the formal national territory, in the face of opposition from warlords, rebels or secessionists, or the collapse of their own administrative apparatus.” (CLAPHAM, 2012, p. 14).

⁷ Texto original: “This failure of reality to correspond to some often quite unattainable ideal is no more than the normal condition of humanity, and is not in itself any cause for concern. What matters is what people do when their ideals are not met, and in international politics this has mattered a great deal, because the lives of very large numbers of people have been directly affected by it” (CLAPHAM, 2012, p. 14-15)

Diante dessa conjuntura, cabe ao Estado atuar de forma responsável tanto no âmbito interno quanto no externo. Segundo Putnam (2010), existem duas dimensões de atuação em um Estado, a política doméstica e a política externa, sendo elas intrinsecamente conectadas. De acordo com o autor, não há uma hierarquia sobre quem predomina entre o interno e o externo, havendo momentos em que uma parte influencia a outra e vice-versa. O enfoque deste trabalho, embora situado no plano interno, também considera o plano externo, pois analisa-se o MPLA como movimento nacionalista e a sua transformação em partido político.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar o conceito de nacionalismo que, segundo Capoco (2013), recebeu diversas abordagens ao longo da história, sendo os principais expoentes Ernest Geller, Eric Hobsbawn e Benedict Anderson. No que diz respeito a Ernest Geller, o autor defende que

[...] “o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”, entendendo ser “uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado não separem os detentores do poder do resto da população.” (GELLER *apud* CAPOCO, 2013, p.24)

Cabe salientar que esse autor defende que o nacionalismo surge na história como “a consequência de uma nova organização social baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do factor educação, sendo cada uma protegida pelo seu próprio Estado” (GELLER *apud* CAPOCO, 2013, p.24-25). Apesar de ser difícil encontrar uma definição de nação, as considerações deste autor enquadram este conceito na ideia que desenvolve sobre o nacionalismo, expondo que é

[...] parte da ideia da cultura na qual encontra a representação de um sistema de ideias, signos e associações, os modos de comportamento e comunicação; e conclui que as nações são artefactos das convicções, lealdades e solidariedades do homem. Para ele, “as nações fazem o homem” e daí que o nacionalismo se transforme numa exaltação do sentimento e de defesa das nações. Nesta relação que, de certo modo, identifica os dois conceitos de nação e nacionalismo, há um elemento institucional que gera a unidade da nação: o Estado nacional. Gellner atribui ao Estado um papel importantíssimo, na medida em que, enquanto entidade constituída por uma elite política tem a seu cargo o exercício do poder de governo. Nesta lógica de ideias e para realçar o papel do Estado na formação, defesa e manutenção da unidade da nação, esta entidade é definida como sendo aquela que detém o monopólio do uso da força ou da violência (CAPOCO, 2013, p. 25).

No que diz respeito a Eric Hobsbawn, o autor entende que o nacionalismo está inserido numa perspectiva histórica, sendo a palavra nação influenciada por alguns “acontecimentos históricos relevantes de carácter revolucionário, cuja relação estabeleceu a

ligação entre povo e Estado a partir das revoluções Francesa e Americana, originando, assim, o conceito de Estado-nação” (CAPOCO, 2013, p. 25). Segundo Capoco,

[...] o desenvolvimento do nacionalismo político, segundo o autor [Hobsbawn], registrou certas mutações caracterizadas em quatro aspectos seguintes: primeiro, o surgimento do nacionalismo e do patriotismo enquanto ideologia de direita política; segundo, a ideia da autodeterminação nacional que conduziria à formação de Estados soberanos, defendida pelos grupos com sentimentos de proclamar a nação; terceiro, a ideia de que a autodeterminação nacional pugnava pela defesa da independência plena; e, finalmente, a tendência para definir a nação em termos étnicos, especialmente em função da língua (CAPOCO, 2013, p. 25).

Nessa linha de pensamento, o nacionalismo se fundamenta em princípios políticos relevantes e reconhece a palavra nação um significado também mais político. Esse elemento transformou a ideia de nação em um simbolismo e em uma ideologia fundamentais no sistema internacional de Estados.

Sobre Benedict Anderson, em sua obra “Comunidades Imaginadas”, o autor reflete sobre a origem do nacionalismo e procura explicar os fatores que marcaram a expansão do mesmo no mundo. De acordo com Anderson (2005, p. 29) ‘o nacionalismo deve ser entendido alinhando-o, não com ideologias políticas conscientemente defendidas, mas os vastos sistemas culturais que o precederam, a partir dos quais – e contra os quais – se constituiu’. Ademais, Anderson identificou

[...] dois sistemas culturais que são referências para a formação do nacionalismo: a comunidade religiosa e o reino dinástico cuja importância, no seu tempo, corresponde ao valor simbólico da nacionalidade nos nossos dias. Ao contrário dos autores que já expusemos atrás, Anderson é de opinião que a nação se forma a partir dum imaginário colectivo de um grupo de indivíduos com características semelhantes, constituindo-se como comunidade imaginada. O autor atribui maior valor à descentralização e territorialização do poder, como resultado da diluição da cristandade da Idade Média. Em seguida, passa a examinar exaustivamente o impacto das línguas impressas, no processo dessa territorialização, como tendo contribuído para o despertar da consciência nacional dos séculos XVIII e XIX, depois de o tradicional latim entrar em queda devido a vários factores como a reforma luterana, a imprensa e o capitalismo mercantil (CAPOCO, 2013, p. 29)

Em suma, a partir da visão dos autores supracitados, de acordo com Capoco (2013), o nacionalismo constitui-se como

[...] um fenómeno que defendeu a ideia política de uma organização social que procurou reger-se por uma autoridade própria, cujos objectivos foram definidos em função dos mesmos ideais fundamentados em interesses comuns a uma determinada comunidade política, numa combinação de elementos como o território próprio, elites próprias e valores característicos, materiais e espirituais, da respectiva

comunidade. Constitui por isso os fundamentos do Estado soberano (CAPOCO, 2013, p. 30).

O gradual desenvolvimento de ideias veiculadas à escala global, promoveu a difusão de conceitos de liberdade, condicionando a compreensão, do estado de opressão e de falta de liberdade, ao surgimento de nacionalismos. Dessa forma, no caso africano, as aspirações libertacionistas e nacionalistas iniciaram no momento em que as populações passaram a entender a exploração advinda do poder estrangeiro, sendo os povos que se encontravam sob seu domínio não se viam representados. Nesse contexto, surgem os movimentos nacionalistas, os quais, segundo Sousa Júnior (2013), “suportam-se fundamentalmente na coesão e lealdade dos membros do grupo onde a língua, a cultura, os valores e os interesses comuns os empurram para a autodeterminação numa lógica de desobediência relativamente ao poder que consideram imoral” (SOUSA JÚNIOR, 2013, p. 26).

Na realidade africana, a busca pela autodeterminação passou, muitas vezes, por um conflito armado entre a Metrópole e os territórios colonizados. Nesse cenário, a luta de libertação desenvolvida pelos movimentos de emancipação seguiu-se a conquista do poder por parte dos partidos únicos. De acordo com Bobbio (2010),

Partido político é “uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente” (BOBBIO, 2010, s.p.).

Nessa lógica, a participação política encontrava-se quase exclusivamente restrita ao partido no poder, conduzindo em algumas confusões entre o Estado e o partido político. Ademais, como exposto por Sousa Júnior (2013, p. 21), ao incorporar toda a população – incluindo diversas etnias – no partido único “era necessário fazer conciliar as posições dos intelectuais nativos com a restante população [...]. Tratou-se, por isso, de um processo complexo dado que durante anos as divergências entre etnias foram utilizadas pela administração colonial para manter o seu poder”. Assim, denota-se que a transformação dos movimentos nacionalistas em partidos políticos apresentou diversos obstáculos para sua consolidação.

A partir dessas considerações, utiliza-se os conceitos e definições supracitados para entender a dimensão política do MPLA dentro do contexto da evolução histórica de Angola, guiando a investigação proposta nos objetivos deste trabalho.

2 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) (1956-1961)

A formação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) constituiu peça fundamental no cenário de luta pela independência em Angola. Composto por elementos do exterior, o MPLA surgiu da aglutinação das contestações contra o colonialismo português, as quais por meio da literatura, dos jornais e da cultura formaram as primeiras manifestações nacionalistas no território angolano. Posteriormente, com a sua institucionalização em 1960, o MPLA tornou-se uma das principais forças contra a exploração colonial, dando início a luta pela independência de Angola.

O objetivo deste capítulo é analisar alguns aspectos da formação do Movimento Popular de Libertação de Angola, evidenciando o contexto histórico que antecede a independência e que substanciou as decisões da organização como um movimento nacionalista. Inicialmente, apresentam-se as peculiaridades do colonialismo português no que tange as colônias africanas, principalmente, Angola. Em seguida, trata-se do contexto de gênese dos movimentos de libertação angolanos, considerando as primeiras manifestações nacionalistas e a institucionalização dos movimentos de libertação.

2.1 O COLONIALISMO PORTUGUÊS NA ÁFRICA

O imperialismo português no continente africano, em comparação com o exercido por outras metrópoles colonizadoras europeias, apresentou algumas particularidades durante a sua existência. Uma delas é referente à longa extensão temporal do seu domínio, o qual formou-se no século XV, com o estabelecimento do primeiro entreposto comercial português (1415), em Ceuta, na costa africana e esteve presente até o século XX, quando se deu a independência de Angola em 1975, pondo fim a sua dominação sob o território africano (HERNANDEZ, 2005).

Um segundo ponto característico do colonialismo português refere-se ao desenvolvimento e articulação do comércio com a crença religiosa. Segundo Hernandez, havia no imaginário português a ideia de uma nação com características imperiais, com uma vocação civilizatória que deveria ser disseminada pelo mundo. Além disso, entendia-se que Portugal era uma expressão da vontade de Deus, “que a ‘Divina Providência’ teria feito as nações e os homens desiguais ao criá-los como civilizados ou não, mas que poderiam igualar-se pelo trabalho” (HERNANDEZ, 2005, p. 505). De modo geral, concorda-se com Lains (1998), ao expor que

Em resumo, o leque de explicações sobre os motivos do colonialismo português moderno inclui: a herança imperial; a necessidade de protecção de mercados coloniais; a resposta aos movimentos das outras potências coloniais europeias; o desenvolvimento da capacidade técnica para a colonização; as condições nos territórios africanos; finalmente, motivos políticos (LAINS, 1998, p. 466).

No que tange ao contexto histórico angolano, o reconhecimento da independência do Brasil por parte do império português (1825), permitiu que Portugal redescobrisse suas colônias africanas a fim de reafirmar suas aspirações imperialistas, “em particular Angola plantada na vertente ocidental do continente africano, servida pelo Oceano Atlântico, senhora de incomensuráveis recursos por explorar” (SILVEIRA, 2011, p. 47)⁸. No entanto, até essa primeira metade do século XIX, os portugueses pouco haviam explorado no interior da região – onde viviam uma variedade de povos e etnias –, sendo Angola constituída pela faixa litorânea que ia dos rios Zaire (Norte) ao Cunene (Sul) (SILVEIRA, 2011).

Contudo, esse contexto mudou com o processo de industrialização das potências europeias, as quais passaram a procurar, no continente africano, matérias-primas, mercado consumidor e mão de obra barata. Nesse sentido, no intuito de garantir seus territórios além-mar, por meio da resolução dos conflitos territoriais de imperialismos rivais na região do Congo, Portugal propôs uma conferência internacional, a qual foi concretizada mais tarde por Otto von Bismarck, chanceler alemão. A Conferência de Berlim ocorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 e acabou por distribuir territórios, além de estabelecer o princípio de ocupação efetiva como forma de apropriação “legal” dos territórios pertencentes ao continente africano (VISENTINI, 2011).

A partir de então, os portugueses promoveram campanhas de ocupação e pacificação nas regiões africanas sob seu domínio, passando de colônias de exploração para colônias de povoamento. Dessa forma, promoveram uma série de mudanças no modelo organizacional e administrativo do colonialismo português. No período anterior, a administração estava concentrada nas mãos das elites crioulas, com poucos funcionários provenientes da metrópole, sendo a atuação dos governadores mais voltada para os interesses coloniais do que para manter o poder centralizado.

⁸ Ao longo do primeiro capítulo, utiliza-se frequentemente o trabalho intitulado “Dos Nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos (1945-1961)” de autoria de Maria Anabela Silveira (2011), tendo em vista o estudo aprofundado no que tange ao período proposto, preenchendo lacunas importantes na história dos movimentos de libertação angolanos. Cabe salientar a importância dos documentos em anexo presentes na obra, os quais corroboram a pesquisa.

Já em finais do século XIX, as mudanças fizeram sentir-se a partir da revogação da cidadania portuguesa concedida a nativos, bem como a perda de outros privilégios históricos. Instalou-se uma administração colonial de carácter militar, implementando uma política de centralização e expansão apoiada pelas missões da religião católica, as quais procuravam a evangelização e, ao mesmo tempo, condicionavam as decisões dos africanos (SILVEIRA, 2011).

No âmbito externo, o ultimato britânico de janeiro de 1890, o qual proibia a unificação das colónias africanas portuguesas, especificamente a integração do território entre Angola e Moçambique – chamado de “Mapa cor-de-rosa” –, relembrou a posição subalterna de Portugal em relação aos ingleses, aprofundando um sentimento antibritânico (RIZZI, 2014). De acordo com Lains,

Repetiam-se as reacções emotivas da década de 1830, altura em que a Grã-Bretanha estivera empenhada em acabar com o tráfico de escravos de Portugal, e da década de 1870, quando tentara negociar favores militares em Lourenço Marques. Embora possa ter havido interesses comerciais em jogo, é mais seguro concluir que a disputa relativa ao mapa cor-de-rosa foi política. O *ultimatum* de 1890, com o qual a Grã-Bretanha pôs cobro às expedições militares portuguesas que visavam marcar os territórios reivindicados, resultou na queda de dois governos sucessivos em Lisboa e num motim republicano no Porto (LAINS, 1998, p. 475).

Com a instauração da Primeira República Portuguesa, em 1910, o regime colonial passa de uma administração militar para uma de carácter civil, constituindo a fase final de ocupação dos territórios africanos (HERNANDEZ, 2005). No caso de Angola, apesar de atuarem em campos políticos opostos, os governos coloniais de Henrique de Paiva Couceiro (1907-1909) e José Norton de Matos (1912-15 e 1921-24), monárquico e republicano respectivamente, demonstram a convergência de aspectos centrais da administração colonial. De acordo com Maria da Conceição Neto, entre Couceiro e Norton

ressaltam afinidades: os ambiciosos e irrealistas projectos estatais de povoamento europeu do «planalto colonizável» no centro de Angola; a tentativa de valorização da agricultura e do campesinato africano; o papel central do imposto colectado aos «indígenas», pela importância política (símbolo da sujeição a Portugal) e «civilizadora» (forçando a monetarização da economia rural e o trabalho assalariado), além do seu inegável valor financeiro; a pressão sobre o governo central para que se retivesse parte daquele imposto para melhoramentos locais, legitimando-o aos olhos dos contribuintes (a Lei Orgânica de 1914 assim estabeleceu, sem efeito prático) (NETO, 2010, p. 206-207).

O fim da escravidão, apesar de ter sido legalmente abolida em anos anteriores⁹, na memória dos africanos, só ocorreu com a proclamação da República em Portugal. Entre os principais objetivos da nova política estava a criação de mecanismos que combatessem os escravocratas e protegessem os “indígenas”¹⁰. Contudo, ao mesmo tempo em que se combatia o que restava da escravatura, a República não defendia a igualdade civil e criminal dessa população, acabando por perpetuar a discriminação racial no seio da política colonial. Perante o regime havia a distinção entre branco, para quem a cidadania era inerente e implícita, o “assimilado”, que atingira um estado de civilização semelhante ao português – falavam corretamente o português e tinham hábitos e costumes europeus – e o indígena, considerado a grande massa africana (SILVEIRA, 2011).

Depois do golpe de 28 de maio de 1926, instalou-se uma Ditadura Militar em Portugal, a qual se refletiu em uma nova mudança no que tange a política colonial. O Estado Novo, referente aos governos autoritários de António de Oliveira Salazar (1932-1968) e Marcello Caetano (1968-1974), fortemente centralizador, estabeleceu regras muito rígidas quanto ao seu relacionamento com as colônias africanas. Um fato importante foi a publicação do Estatuto do Indígena que, ao mesmo tempo em que buscava assegurar os direitos naturais dos africanos, também obrigava

o cumprimento dos “deveres morais e legais do trabalho, da educação e do aperfeiçoamento” por modo “obter «gradualmente» e com suavidade a transformação dos seus usos e costumes, a valorização da sua atividade e a sua integração no organismo vivo e na vida da colônia, prolongamento da mãe Pátria” ou seja «civilizar» o africano, moldando-o ao estilo de vida, de crenças e de costumes de uma civilização vincadamente cristã, mais propriamente católica (SILVEIRA, 2011, p. 52).

A publicação do Estatuto, no entanto, gerou alguns descontentamentos dentro das colônias, a partir da queixa de que os colonos não poderiam satisfazer as necessidades de mão de obra sem a intervenção do Estado português. Desse modo, foi promulgado o Ato Colonial em julho de 1930, “[...] ou seja, a lei orgânica que regeria o império ultramarino durante grande parte do Estado Novo português (que vigorou de 1933 a 1974)” (RIZZI, 2014, p. 37). De acordo com Smith (1974), os principais pontos do Ato podem ser resumidos da seguinte forma:

⁹ O tráfico de escravos, em Portugal, foi oficialmente abolido em 1836. A total abolição da escravidão em Angola aconteceu mais tarde, em 1878 (VISENTINI, 2012).

¹⁰ De acordo com Betts (2010), indígena é um termo geralmente empregado para designar os africanos.

Sobre a questão do controle não há dúvida de que Lisboa queria exercer um acompanhamento estreito das colônias. Através de restrições à compra e transferência de bens, investimentos, imigração e emprego, o papel dos estrangeiros foi severamente limitado. O ato também deixou claro que, em futuras concessões como os das empresas de Niassa e Moçambique já não seriam mais concedidas, nem seriam prorrogadas aquelas já existentes. Finalmente, como um impedimento para ‘desnacionalização’, o Ato Colonial prescreveu o uso exclusivo do Português como língua de instrução em todas as colônias portuguesas (SMITH, 1974, p. 666, tradução nossa)¹¹.

Em 1951, na tentativa de mascarar os desmandos coloniais, em face a pressão internacional, o Ato Colonial foi incorporado a Constituição de Portugal, promovendo uma mudança na terminologia “colônias”, passando a nomeá-las como “províncias ultramarinas”, sem, no entanto, promover mudanças práticas na administração colonial. Concomitantemente, para justificar internacionalmente o fato de ter se tornado uma nação “pluricontinental”, o governo salazarista utilizou-se do chamado lusotropicalismo engendrado pelo escritor brasileiro Gilberto Freyre. Em termos gerais, o lusotropicalismo postulava que os portugueses tinham uma capacidade de união especial com os trópicos, os quais formavam um novo tipo de civilização. De acordo com Freyre, essa associação íntima entre os dois povos desenvolveu uma experiência, a qual deu origem a uma forma especial de assimilação, cultural e não etnocêntrica, entre os dois povos¹². Dessa forma, o regime incorporou esse ideário ao defender a colonização portuguesa junto a Organização das Nações Unidas (ONU) e nas propagandas organizadas pelo mundo (PINTO, 2009).

Ademais, o final da Segunda Guerra Mundial aliada à importância crescente dos países recém independentes na ONU e no mundo, levou Portugal a promover mudanças no âmbito da segurança interna dos territórios ultramarinos, a fim de conter a infiltração de movimentos nacionalistas. Assim, com o estabelecimento da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)¹³, “iniciaram-se os estudos para o reforço do dispositivo militar tendente a

¹¹ Texto original: “On the question of control it left no doubt that Lisbon was to exercise close supervision over the colonies. Through restrictions on the purchase and transfer of property, investment, immigration, and employment, the role of foreigners was to be severely limited. The act also made it clear that in future concessions as those of the Niassa and Mozambique companies would no longer be granted, nor would any of those still in existence be extended. Finally, as a deterrent to ‘denationalization’, the Colonial Act prescribed the exclusive use of Portuguese as the language of instruction throughout the Portuguese colonies” (SMITH, 1974, p. 666).

¹² De acordo com João Pinto (2009, p. 457), “não importava tanto a sustentação científica do argumento e a sua verificabilidade empírica (ainda mais quando as pesquisas comprovavam o contrário do proposto pelo modelo teórico). O que importavam eram as palavras escritas por um intelectual de reconhecimento mundial. O Estado salazarista utilizar-se-ia, antes de tudo, da autoridade intelectual já representada em torno de Gilberto Freyre”.

¹³ Segundo Anabela Silveira (2011, p. 77), “Em 1954, pelo Decreto nº 39 749, a PIDE foi reorganizada, criando-se um quadro para as colônias. Contudo, os seus dois primeiros agentes só em 1957 chegariam a Angola, trabalhando junto da PSP de Luanda. Nos anos subsequentes, a delegação da PIDE em Angola ia engrossando, para, nos inícios da guerra, ter agentes espalhados um pouco por todo o território [...]”.

neutralizar quaisquer tentativas de subversão tanto no exterior como no interior dos territórios ultramarinos” (SILVEIRA, 2011, p. 77).

A partir de 1961, Angola assistiu a ascensão de levantamentos armados promovidos pelos movimentos de libertação contra a dominação colonial, tornando a descolonização a principal questão do Estado português. Nesse sentido, Portugal deu início a uma nova orientação na política colonial, promovendo uma série de reformas, entre elas “a abolição do trabalho forçado, [...] [criação de] um sistema de *aldeamentos*, pelo qual os camponeses eram obrigados a mudar-se de seus povoados para locais controlados militarmente pelos portugueses, de forma a combater as atividades guerrilheiras em áreas rurais” (VISENTINI, 2012, p. 52). No entanto, não tiveram sustentação prática. Em 27 de setembro de 1968, a posição de primeiro-ministro português, ocupada por Salazar durante 38 anos, foi passada para Marcello Caetano, o qual assumiu a mesma política africana do período anterior. Nesse período, como exposto pela africanista Kamilla Rizzi (2014), “de fato, o governo português aprofundava os três princípios básicos na África, seguidos desde o final do século XIX: colonialismo, autoritarismo e nacionalismo” (RIZZI, 2014, p. 41).

De acordo com Moita (1985), o processo que culminou na queda do Estado Novo foi fortemente influenciado pela questão colonial, sendo que a resolução desta não era compatível com a manutenção do regime. Em 1970, a oposição à política colonial generalizou-se, convergindo “com a consciência dos militares quanto à eventualidade de uma derrota no território [colonial] ou, pelo menos, quanto à necessidade de uma solução política dado o impasse da solução militar” (MOITA, 1985, p. 503). Desse modo, além de atuar em diversas frentes para conter os ataques nas colônias, o Estado Novo teve de somar a intensa luta política interna centrada na solução política para a guerra colonial, a qual levou a sua queda em 25 de abril de 1974 com a Revolução dos Cravos engendrada pelos militares portugueses (DAVIDSON, 1974). O fim do regime salazarista foi essencial para que os movimentos de libertação concretizassem a independência de Angola (VISENTINI, 2012).

2.2 GÊNESE DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA

2.2.1 O Protonacionalismo e as Primeiras Manifestações Nacionalistas

Precursores da independência, os movimentos de libertação de Angola surgiram, oficialmente, durante as décadas de 1950 e 1960 como agentes aglutinadores das insatisfações políticas e sociais advindas da exploração exercida pelo imperialismo português. Todavia, a

crecente importância desses movimentos no território angolano, a qual permitiu a libertação do jugo colonial, foi reflexo de uma série de manifestações contestatórias que antecederam o surgimento dessas organizações nacionalistas bem estabelecidas.

A emergência do protonacionalismo – conceito utilizado por Mario Pinto de Andrade para designar o período em que surgem as primeiras manifestações nacionalistas em África –, apresenta uma série de condições histórico-sociais do período colonial que são contestadas pelas populações nativas (KAGIBANGA, 1997/98). Em Angola, esse quadro sócio-político remonta o final do século XIX, com a publicação de jornais periódicos¹⁴, os quais, além de serem um contraponto aos desmandos das autoridades coloniais, eram caracterizados pela defesa e exaltação do negro, bem como dos indígenas. Os protagonistas dessas manifestações eram as camadas mestiças da sociedade angolana, que apesar de terem uma tímida participação na administração colonial e possuírem algumas fazendas e plantações, não se sentiam instruídas o suficiente¹⁵, fazendo com que esse protonacionalismo deixasse de ter um caráter de auto-defesa, para se tornar uma contestação política mais incisiva sob as diversas facetas da dominação colonial (SILVEIRA, 2011).

Na generalidade, e encarado sob o ângulo unitário, o protonacionalismo abrange o período histórico de emergência de um discurso que se distingue pelo seu triplo carácter fragmentário (no pensamento e na acção), descontínuo (na temporalidade) e ambivalente (no seu posicionamento face ao sistema colonial) (ANDRADE *apud* KAGIBANGA, 1997/1998, p. 291).

Mesmo que elaborados sob influência dos doutrinários portugueses, de acordo com Kagibanga, os protonacionalistas apresentam em seus discursos duas reivindicações fundamentais: “o orgulho de pertencerem ao mundo negro e a reclamação do estatuto jurídico, social e político de africanos portugueses” (ANDRADE *apud* KAGIBANGA, 1997/1998, p. 291), sendo essa a base do discurso protonacionalista.

Nesse contexto, surgem as primeiras organizações associativas, contemplando as áreas de cultura, literatura e imprensa. No entanto, essas forças protonacionalistas eram produtoras de um discurso ambivalente, permanecendo “entre a necessidade de ligação com as massas africanas e o patriotismo obrigatório e visível para com Portugal” (SILVEIRA, 2011). Consequentemente, não desenvolviam uma análise crítica do sistema colonial português,

¹⁴ Segundo Anabela Silveira (2011), alguns exemplos são “A Civilização da África Portuguesa” (1866), “O Comércio” (1867), “O Mercantil” (1870) ou “O Cruzeiro do Sul” (1873).

¹⁵ De acordo com René Pélissier, “para além do Seminário de Luanda, fundado em 1861, o ensino secundário só é criado em 1907”. Ademais, ainda de acordo com Pélissier, cabe ressaltar que “com algumas exceções — estudos na metrópole e no Brasil — os mestiços da época são autodidatas [...]” (PÉLISSIER *apud* SILVEIRA, 1978, p. 215).

sendo essa “a principal causa de ruptura e assunção de uma nova postura patriótica e nacionalista que é assumida pela geração de Mário Pinto de Andrade – a geração que entra na arena histórica, logo depois da Segunda Guerra Mundial” (KAGIBANGA, 1997/98).

Desse modo, o protonacionalismo apresentou-se como uma manifestação política incipiente realizada pela camada mestiça da sociedade angolana, a qual, apesar de não vivenciar a realidade vulnerável da maior parte da população angolana, enfrentava dificuldades ao tentar expressar seus pensamentos e exercer suas liberdades. Diante disso, ainda que iniciadas por motivações particulares de um pequeno grupo, o protonacionalismo possibilitou o primeiro momento para que surgissem os expoentes nacionalistas no território angolano, os quais, em contraposição ao período anterior, tentaram abarcar toda a população angolana.

Outro acontecimento que antecede a gênese dos movimentos de libertação são as revoltas contra o domínio português entre a população do noroeste de Angola, especificamente na região conhecida como o Reino do Kongo, cuja capital, Mbanza Kongo (ou São Salvador do Kongo), era caracterizada por ser o centro da etnia Bakongo que habitava nas duas margens do rio Zaire (SILVEIRA, 2011).

Mapa 2 – Mapa do Reino do Kongo



Fonte: <http://civilizacoesafricanas.blogspot.com.br/2010/01/reino-do-congo.html>

Desde o século XV, a relação entre Portugal e o Reino do Kongo influenciaram de forma direta as modificações na estrutura política dos Bakongo, principalmente ao considerar

a tentativa de cristianização das populações da região, as quais promoveram alterações nas crenças e práticas religiosas. De acordo com Silveira,

Esta apropriação e posterior reinterpretação do culto católico pelos africanos, criou o lastro para a assunção de formas originais de nacionalismo e de novos movimentos religiosos que, com forte implantação nas zonas rurais, potenciaram não só a disseminação de focos de resistência ao modelo colonial europeu, mas possibilitaram a organização e a consciencialização desse nacionalismo [...] (SILVEIRA, 2011, p. 118).

Cabe salientar que esse nacionalismo nasceu associado “às revoltas dos camponeses expropriados das suas terras, à proletarização, à urbanização e a formas de protesto contra o aumento de impostos e à rejeição de mão de obra barata” (GONÇALVES, 1999, p. 56).

Desse modo, o período republicano de Portugal foi marcado pela emergência de reivindicações locais no norte de Angola, sendo as mais significativas a Insurreição dos Bakongo (1913-1915), a Revolta do Kwanza Norte (1916-1917) e a Revolta de Catete (1922). Ademais, entre 1922 e 1925, algumas manifestações contra o trabalho forçado aconteceram entre Luanda e Malanje (GONÇALVES, 1999).

No que tange à religião, a Igreja Católica esteve fortemente ligada ao modelo colonialista português e promoveu, entre outras realizações, a formação de um sincretismo religioso entre a população angolana¹⁶. Contudo, no último quartel do século XIX, a igreja católica teve de abrir espaço para a atuação das igrejas protestantes, as quais tiveram papel fundamental na formação e educação dos jovens africanos, sendo o direcionamento dos trabalhos para o setor jovem da população angolana um fator que contribuiu para a formação de elites angolanas e, posteriormente, na década de 1950, para o surgimento de lideranças dos movimentos independentistas (SILVEIRA, 2011). Cabe salientar que o protestantismo teve um papel fundamental no sentimento antiportuguês presente na região norte de Angola, uma vez que era a religião predominante nessa área (FEIJÓ, 2011).

2.2.2 Os Movimentos de Libertação Angolanos

Após a Segunda Guerra Mundial, o problema da dominação colonial tornou-se mais evidente e despertou a atenção da sociedade internacional, a qual se via dividida entre a

¹⁶ De acordo com Silveira (2011), desenvolveram-se, na primeira metade do século XX, alguns movimentos que aliavam a religião e a contestação política e social. Entre os exemplos estão: o movimento de Kimpa Vita, o Kimbanguismo, o Matsouanismo, o Mayangi/Nlevo, a Revolta dos Mafulo, a Kitawala e o Tocoísmo.

hegemonia global do Ocidente e a luta por liberdade do mundo não ocidental¹⁷ (CAPOCO, 2013). De forma mais incisiva a favor da libertação colonial, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), proclamada para promover a paz e o desenvolvimento econômico e social de todos os povos, declarava no artigo 73º da Carta das Nações Unidas, o direito à autodeterminação e pressionava seus Estados membros no que tange a administração dos territórios africanos. Essa conjuntura propiciou o momento para que os movimentos nacionalistas promovessem um avanço no processo de independência (SILVEIRA, 2011).

Em Angola, os movimentos de emancipação de maior destaque foram o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) e a União das Populações de Angola (UPA), pois popularizaram a ideia de independência na colônia e atraíram atenção internacional para a luta. Caracterizados com bases regionais distintas e programas políticos diferentes, estes dois grupos foram os únicos que sobreviveram a PIDE, embora outros movimentos terem sido relevantes no processo de constestação política das décadas de 1950 e 1960 (FEIJÓ, 2011).

De caráter urbano, principalmente ligado à capital, Luanda, o MPLA surgiu a partir das mudanças do padrão de reivindicações da sociedade luandense, a qual, na década de 1950, assistiu a ascensão de diversas organizações anticoloniais, das quais muitas fariam parte do MPLA.

O entendimento dessa efervescência pulverizada de pequenos movimentos e partidos na década de 50 – entre os quais poderíamos lembrar o PCA, PLUA, ELA, MIA, MLA, MLN, MLNA e MINA – supõe o reconhecimento de dois fatores básicos: a clandestinidade a que eram empurrados pela repressão portuguesa e os diferentes vínculos de solidariedade que os uniam. [...] No tocante a clandestinidade, era normal que tais movimentos desconfiassem e mesmo temessem qualquer agregação, ou associação com outros parceiros já constituídos em organizações políticas (BITTENCOURT, 1997, p. 23).

Como evidenciado por Visentini (2012), os movimentos culturais foram peças fundamentais para o surgimento dos movimentos de independência nas colônias africanas, não só como fatores de convergência de ideais, mas também como ferramentas de luta próprias dessas populações. Além disso, cabe salientar que a mobilização contra o problema de discriminação e da repressão colonial não se restringiu a capital, tendo se espalhado para outras regiões da província, bem como para o exterior. Desse modo, destacam-se, no interior do território, algumas associações como a Liga Nacional Angolana (LNA) e a Associação

¹⁷ Cabe destacar a importância da Conferência de Bandung como um grande ato político a favor da libertação colonial. Realizada em 1955 na Indonésia, a Conferência deu voz aos novos Estados independentes asiáticos e condenou a presença europeia em territórios ultramarinos, bem como defendeu a soberania e autodeterminação dos povos (CAPOCO, 2013).

Regional dos Naturais de Angola (ANANGOLA). Criadas no final da década de 1930, essas associações protagonizaram discussões críticas sobre as reformas econômicas e sociais da colônia e propiciaram a aglutinação de grupos literários e a publicação de materiais que buscavam o resgate da cultura africana, sendo um exemplo a Revista Mensagem com o *slogan* “Vamos Descobrir Angola” (FEIJÓ, 2011).

No caso do exterior, os estudantes angolanos que estudavam em Portugal criaram algumas organizações, como a Casa dos Estudantes do Império (CEI) (1944) e do Centro de Estudos Africanos (CEA) (1951). Apesar da CEI ser uma forma de controle das autoridades salazaristas sob as atividades promovidas pelos estudantes, ela se tornou um ambiente de discussão e difusão das ideias anticolonias, estabelecendo fortes ligações com a oposição portuguesa (BITTENCOURT, 1997). Quanto ao seu papel político,

A Casa passaria por uma série de intervenções até ser fechada em 1965, quando já quase não havia estudante vindo das colônias, pois em 1963 foram criados os estudos gerais universitários em Angola e Moçambique. A CEI, entretanto, já tinha cumprido o seu papel na formação de muitos dos quadros que iriam lutar pela libertação de seus países (BITTENCOURT, 1997, p. 7).

A partir desses movimentos e da influência dos partidos comunistas portugueses e brasileiro, um grupo de angolanos, especificamente os vinculados ao Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), compreendiam a realidade social angolana sob uma perspectiva marxista. Nesse contexto, surgiu o Partido Comunista de Angola (PCA) fundado em 12 de novembro de 1955 por Viriato da Cruz, Ilídio Machado, Antônio Jacinto e a Mário Antônio de Oliveira. Assumida a vinculação marxista, o PCA atuava na clandestinidade e buscava adeptos a causa, no entanto, teve pouca notoriedade. Entre as razões está o fato de que Angola não possuía uma malha industrial estabelecida e, portanto, não possuía um proletariado angolano insuflado por uma consciência de classe (SILVEIRA, 2011). Além disso, o cenário internacional bipolarizado do período pós-Segunda Guerra Mundial não proporcionava um ambiente favorável para tomar uma postura mais incisiva quanto as filiações políticas. A ideia de associação a um partido comunista era uma das razões para que, as pessoas mais preocupadas em adquirir a independência, não se sentissem confortáveis em se vincular ao PCA (BITTENCOURT, 1997).

Tendo pouca adesão à causa e estando sobre vigia constante das autoridades coloniais, os membros do PCA juntamente com outros colaboradores criaram, em dezembro de 1956, o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) de caráter mais nacionalista e sem vinculação direta ao PCA, trazendo a ideia de independência em primeiro plano. Todavia,

apesar do movimento não ter se desenvolvido e ver seus membros dispersos entre os movimentos que despontaram em 1958, o PLUAA produziu um documento redigido por Viriato da Cruz e com anotações de Mário de Andrade, intitulado Manifesto de 1956, o qual marcou a base ideológica marxista dos pequenos grupos nacionalistas luandenses (MIA, MLNA, MLA, MAC), bem como, posteriormente, do próprio MPLA (SILVEIRA, 2011). Como exposto por Anabela Silveira (2011), é nesse manifesto que aparece pela primeira vez a sigla MPLA¹⁸, entendido como **“uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar a cores políticas, à situação individual dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas (...)”** (MANIFESTO *apud* SILVEIRA, 2011, p. 137, grifo dos autores).

Em março de 1959, a PIDE promoveu um forte golpe contra os movimentos independentistas luandenses, prendendo 61 indivíduos, o que ficou conhecido como o “Processo dos 50”. Apesar do retrocesso, esse evento produziu três esclarecimentos importantes. Primeiro, a luta pela independência alcançou a atenção da imprensa internacional, a partir do reconhecimento, por parte de Portugal, de que havia organizações anticoloniais no seus territórios ultramarinos. Segundo, “as prisões acabariam por proporcionar ainda uma boa amostragem do estrato social dos elementos que se empenhavam na luta anticolonial. Constituíam-se nos quadros mais conscientizados [...] e possuíam tanto formação católica, como protestante” (BITTENCOURT, 1997, p. 6). Além disso, a partir da lista de presos, foi possível verificar que a contestação política havia se expandido por todos os grupos raciais (BITTENCOURT, 1997).

O controle rígido da PIDE sob toda e qualquer atividade dos nacionalistas, não inibiu a contestação dos opositores ao regime colonial, os quais fundaram, em dezembro de 1959, o MINA (Movimento para a Independência de Angola). Entre os membros fundadores estava Manuel Pedro Pecavira, que, em março de 1960, foi enviado para Brazzaville a fim de entrar em contato com Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara e Viriato da Cruz. Na ocasião, entre os diversos assuntos discutidos, Lúcio Lara sugeriu a necessidade de convergência interna entre os movimentos de libertação, os quais deveriam se traduzir em uma sigla comum: o MPLA. Em declarações à PIDE, Pecavira explica a mudança do MINA para MPLA,

¹⁸ Como exposto por Bittencourt (1997), existem controvérsias em torno da data de criação do MPLA, devido a disputa entre os movimentos nacionalistas quanto a anterioridade da criação de um movimento pelo outro. Sem aprofundar a discussão em torno dessa questão, entende-se que a sigla MPLA surgiu em 1956 e a criação do Movimento como organização constituída se dá em 1960.

o resultado do renascimento do interesse dos seus companheiros de atividades clandestinas, foi modificar-se o nome que então tivera o movimento para «movimento popular de libertação de Angola», em virtude de Lúcio Lara ter recomendado [este nome] pois ele, o Viriato da Cruz, o Mário Pinto de Andrade estavam a representar no estrangeiro o «movimento popular para a libertação de Angola» e era necessário que tal movimento existisse (PECAVIRA *apud* SILVEIRA, 2011, p. 140).

De acordo com Francisco (2013, p. 22), na Conferência de Túnis, em janeiro de 1960, “Lucio Lara e Viriato da Cruz, representantes diretos do MPLA, vão desempenhar um papel preponderante, pois é a partir daí onde se vão revelar os apoios então esperados e necessitados pelo Movimento”. Nessa ocasião, foi recomendado que os militantes voltassem para África e instalassem uma sede provisória do MPLA, a qual ocorreu com o suporte da Guiné-Conakry, por meio do apoio à instalação do Movimento em Conakry, bem como da autorização da entrada e saída dos nacionalistas angolanos do território (FRANCISCO, 2013). Desse modo, criou-se a primeira direção do Movimento, na qual Andrade foi eleito presidente e Viriato da Cruz, secretário-geral¹⁹ (GONÇALVES, 2004).

No interior do território, a partir do contato com membros de outros movimentos, Agostinho Neto²⁰ conheceu Manuel Pecavira, reafirmando a necessidade de unir os diversos movimentos presentes em Angola. Nesse sentido, realizou-se uma reunião, em maio de 1960, na qual os movimentos presentes foram convidados a se unirem sob a designação do MPLA, criando a primeira comissão diretiva do MPLA no interior de Angola²¹. Em finais de maio, uma nova reunião aconteceu e estabeleceu-se que o Movimento deveria se estender por todo o território, bem como para o exterior, sendo Agostinho Neto um dos mensageiros do MPLA. No entanto, no mês de junho, a PIDE promoveu mais uma leva de prisões em Luanda, atingindo o núcleo central do grupo, prendendo Agostinho Neto, Manuel Pecavira, Joaquim Andrade, entre outros. Apesar do curto tempo, o processo de divulgação e conscientização foi

¹⁹ Mais tarde, em 1962, Agostinho Neto, sendo um dos mais conhecidos líderes nacionalistas em Angola, se tornaria líder do Movimento (GONÇALVES, 2004).

²⁰ António Agostinho Neto (Kaxicane, província de Luanda, 1922 – Moscou, 1979), “filho de um pastor metodista e de uma professora primária. Estudou no Liceu Salvador Correia em Luanda (1934-44). Como funcionário público dos Serviços de Saúde e Higiene, trabalhou em Malanje e Bié. Com uma bolsa de estudos patrocinada pela Igreja Americana Metodista cursou medicina nas Universidades de Coimbra e Lisboa. Sua trajetória universitária foi interrompida em dois momentos em decorrência da militância política. Em 1952 foi preso pela primeira vez por pertencer ao MUD-juvenil, ramificação do PCP [Partido Comunista Português]. Em 1955 voltou a ser preso, por ser filiado ao PCP, sendo libertado em junho de 1957. Participou da CEI e foi membro diretor do MAC em Lisboa. Além da política e da medicina, a poesia também foi uma atividade recorrente de Agostinho Neto. Formado e casado com uma portuguesa, retornou a Angola no final de 1959 instalando um consultório no Bairro Operário, em Luanda” (PEIXOTO, 2009, p. 41).

²¹ Segundo Silveira (2011, p. 140), os membros estavam divididos da seguinte forma: “Direção: Joaquim Bernardo Silas, Agostinho Neto, David Bernardo D’Eça Queirós, Fernando Coelho da Cruz. Manuel Pedro Pecavira; Imprensa: Manuel Pedro Pecavira, Adolfo João Pedro, Simiao Adão Manuel; Discussão Política e Coordenativa, Serviços; Joaquim Pinto de Andrade, Agostinho Neto, José Domingos Bernardo Kiosa, Simeão Cardoso e Francisco Webba”.

suficiente para que as ideias se espalhassem pelos bairros populares e conseguissem muitos aderentes, constituindo os grupos que estiveram na base das lutas de 4 de fevereiro de 1961 (SILVEIRA, 2011).

Cabe salientar que entre os membros do MPLA havia tanto mestiços quanto assimilados e brancos, constituindo-se como o movimento que contava com apoio de etnias mais variadas (VISENTINI, 2012). No entanto, para a oposição, a participação de mestiços na composição dos quadros diretivos, aliada a formação dos mesmos no exterior “[...] retiravam, ou no mínimo turvavam, a imagem de ligação a uma África do interior, capaz de mobilizar um maior número de combatentes” (BITTENCOURT, 2007, p. 07).

A UPA, por sua vez, foi criada na região norte de Angola, especificamente, na área correspondente ao antigo Reino do Kongo, junto à etnia bakongo e a fronteira do Congo-Léopoldville²², tendo suas raízes nas manifestações históricas que transcorreram na região. Desde 1948, os esforços em prol do nacionalismo monárquico foram retomados no Congo Belga, destacando as iniciativas de Manuel Barros Nekaka²³, o qual, aliado a opinião dos estadunidenses protestantes na região, disseminava a ideia de que o restabelecimento do antigo Reino do Kongo estaria ligado ao reconhecimento de um rei mais distanciado dos portugueses. Nesse sentido, quando da morte de D. Pedro VII e da coroação de Antônio José da Gama ou D. Antônio III em 1955, os protestantes José Eduardo Pinock, Manuel Kiditu e Borrvalho Lulendo, conseguiram, a partir da pressão popular, serem aceitos para fazer parte do conselho do novo rei. No entanto, a escolha dos protestantes exilados de Matadi²⁴, “[...] provocou uma reação das autoridades portuguesas, que não só lhes aconselhou o retorno a Matadi, como procurou que as relações entre o novo Manikongo²⁵ e os seus conselheiros fossem tensas e de desconfiança” (SILVEIRA, 2011, p. 142). Na sequência, o grupo de exilados proclamou a destituição de D. Antônio III, a qual foi confrontada pela administração colonial, ordenando a prisão dos africanos mais comprometidos com as manifestações. Como reação,

²² Após 1966, a cidade de Léopoldville foi renomeada para Kinshasa.

²³ De acordo com Silveira, “Manuel Barros Nekaka nasceu em 1914, em S. Salvador (atual Nbanza Congo), onde frequentou a escola da missão Batista. Entre 1934 e 1937 trabalhou como enfermeiro no hospital da mesma missão. Em 1937 continuou a sua formação na área da saúde na Missão Congregacional Americana em Dondi, próximo do Huambo (ex Nova Lisboa). Em Lisboa, no ano de 1940, realizou um estágio de enfermeiro. Em 1941 regressa a Angola, voltando a trabalhar no Hospital da BMS. E, 1942 parte Léopoldville para mobilizar os emigrantes e exilados angolano. Durante os anos 50, nesta cidade, juntamente com o sobrinho Holden Roberto procurou formar um partido político. Foi membro fundador e presidente da UPNA e esteve também na base da formação da UPA” (SILVEIRA, 2011, p. 123).

²⁴ Capital da província do Congo Central, na República Democrática do Congo.

²⁵ Um das expressões kikongo para a palavra Rei.

[...] a família de Barros Nekaka aliada aos monárquicos de Matadi, entre os quais Eduardo Pinock, iniciaram um caminho de confrontação ao poder colonial e à soberania portuguesa em Angola, encontrando no American Committee of Africa (ACA) um interlocutor privilegiado. Já em finais de 1955, aqueles ativistas angolanos, [...] não ultrapassaria uma vintena de pessoas, tinham pedido às Nações Unidas para que colocassem sob a sua tutela o Reino do Kongo (SILVEIRA, 2011, p. 144).

Diante disso, no sentido de fazer frente como um movimento nacionalista organizado, em julho de 1957, foi fundada a União das Populações do Norte de Angola (UPNA) sob a presidência de Barros Nekaka. No entanto, a sua associação à região setentrional da colônia e a etnia bakongo, restringiam a aglutinação de toda a população angolana, fazendo com que a UPNA passasse a se chamar União das Populações de Angola (UPA), a fim de ampliar seu alcance político.

A partir das relações privilegiadas com os protestantes estadunidenses do American Committee of Africa (ACA)²⁶, a UPA encontrou em Holden Roberto²⁷ o porta voz ideal para representar o movimento no exterior. A primeira participação do nacionalista aconteceu em dezembro de 1957 na I Conferência dos Povos Africanos, realizada em Gana, primeiro país africano a libertar-se do colonialismo. Na ocasião, Holden Roberto teve a oportunidade de conhecer diversas personalidades de movimentos nacionalistas africanos, como Kwame Nkrumah – presidente do Gana –, Patrice Lumumba – presidente do Movimento Nacional Congolês (MNC) e Franz Fanon – representante da Frente de Libertação Nacional (FNL) argelina (SILVEIRA, 2011).

Após ser aconselhado a não regressar para Léopoldville, devido à solicitação de prisão pelas autoridades portuguesas, Holden Roberto permanece em Acra e, em agosto de 1959, parte para os Estados Unidos. Na oportunidade, além de denunciar os desmandos do colonialismo português, encontrou-se com John Kennedy, então senador do Partido Democrático, para o qual expôs a situação de Angola e do processo de independência. Ademais, a UPA se fez presente na II Conferência dos Povos Africanos em Túnis, onde teve o primeiro contato com os membros do MPLA.

A capacidade de estabelecer uma estrutura fora dos limites da colônia, foi um fator que permitiu a existência mais duradoura desses dois grupos. O MPLA a partir dos seus vínculos na Europa, o qual, depois de iniciada a guerra, pode continuar suas atividades através

²⁶ Cabe salientar que era por meio do ACA que a UPA tinha contato com a ONU e outros fóruns internacionais (SILVEIRA, 2011).

²⁷ Álvaro Holden Roberto nasceu em Mbanza Congo, Angola, no dia 12 de janeiro de 1923, mas foi criado em Léopoldville, retornando para a terra natal apenas em 1951. Era sobrinho de Barros Nekaka.

deste continente, enquanto a UPA, contava com a sua relação com a região do Congo-Léopoldville desde o início.

Desse modo, o clima de agitação crescente, criado pela emergência desses movimentos pró-independência juntamente com as ideias de descolonização externas à colônia, provocou protestos e manifestações políticas, os quais foram fortemente repreendidos pela PIDE. Diante da resistência exercida por Portugal em conceder autonomia, teve início a luta armada pela independência de Angola.

3 GUERRA DE INDEPENDÊNCIA E A ASCENÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO (1961-1975)

Marcada pela luta armada entre os principais movimentos de libertação contra o Estado português, a Guerra de Independência angolana foi caracterizada pela violência e pela extensão temporal da luta, contribuindo para essa situação, o apoio de atores externos ao evento, incentivados pelo conflito Leste-Oeste engendrado pela Guerra Fria. A resolução do conflito aconteceu apenas com a queda do Estado Novo em Portugal a partir da Revolução dos Cravos, a qual culminou no estabelecimento do Acordo de Alvor assinado entre os movimentos nacionalistas e o governo português, programando a independência para o dia 11 de novembro de 1975 e, finalmente, promovendo a libertação colonial no território angolano. Cabe salientar que o desenrolar da Guerra de Independência propiciou o momento para que o MPLA ascendesse ao poder de Angola e estivesse na liderança do país no período pós-independência.

O objetivo deste capítulo é clarear a trajetória da luta de libertação angolana (1961-1975). Na primeira seção é feita uma apresentação do período que antecede a guerra, evidenciando as primeiras revoltas que propiciaram o momento para que os movimentos de libertação iniciassem a luta armada. A segunda seção, por sua vez, discorre sobre o período de luta armada em vista da independência, abordando a ação dos movimentos nacionalistas, principalmente o MPLA, passando pela queda do regime salazarista até a firmação do Acordo de Alvor que deu início a independência de Angola e ao processo que levou o MPLA ao poder em 11 de novembro de 1975.

3.1 O INÍCIO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Após as reformas impostas em Angola para dirimir a pressão doméstica e internacional, o governo salazarista assistiu um cenário de integridade da nação pluricontinental, baseada na entrada na ONU, em 1955, e no controle exercido pelas metrópoles europeias na manutenção da dominação colonial sob os vizinhos de Angola. No entanto, em Portugal, dois acontecimentos tiveram influência na mudança desse cenário de confiança.

O primeiro, em 1957, foi resultado da declaração formal do Partido Comunista Português (PCP) do reconhecimento incondicional aos povos africanos do direito a independência. Apesar de não ter um efeito prático imediato, o apoio do PCP aos movimentos

de libertação demonstrou que a mobilização em torno da luta colonial engendrada pelos nacionalistas angolanos estava ganhando atenção e credibilidade. O segundo acontecimento, em 1958, teve como cenário as eleições presidenciais de Portugal, na qual o Estado Novo deparou-se com uma oposição advinda do interior do regime e da comunidade militar, representada pelo candidato Humberto Delgado. Tendo representado o Estado português na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a candidatura suscitou um forte debate nos territórios portugueses. Apesar de os resultados das eleições terem sido fraudulentas e beneficiarem o candidato favorável a Salazar, a campanha de oposição representou uma nova era para o cenário político português e o aumento do descontentamento internacional para com a ditadura portuguesa (PEIXOTO, 2009).

Contribuindo para denunciar a fragilidade de Portugal, em dezembro de 1960 surgiram os primeiros sinais de resistência por parte da população angolana contra as condições de trabalho impostas na região da Baixa de Cassanje²⁸. Segundo Aida Freudenthal (1995/1999), a revolta relacionou-se a obrigatoriedade da cultura intensiva do algodão entre as províncias de Malanje e da Lunda imposta pela COTONANG²⁹ aos cerca de 50.000 agricultores e suas famílias, os quais instalarem-se em terrenos ordenados pela empresa, sendo o único rendimento obtido por meio da venda de algodão pelo preço definido pela companhia.

Nesse cenário, influenciados pelas manifestações independentistas do Congo, pela baixa do preço do algodão, pela recusa da COTONANG em responder as imposições dos trabalhadores, bem como pela propagação de um movimento messiânico que se confundiu com o fator político³⁰, os trabalhadores queimaram plantações e sementes, recusando-se a continuar o trabalho e a pagar os impostos (FREUDENTHAL, 1995/1999). Os desafios aumentaram quando a provocação alastrou-se para toda a região da Baixa, registrando ameaças verbais e insultos contra os portugueses, sem chegar a agressão física. No entanto, as negociações infrutíferas com a companhia levaram os revoltosos a partirem para a violência e destruição dos aparatos coloniais (pontes, veículos e edifícios) e os bens dos europeus e mestiços (PEIXOTO, 2009).

²⁸ Região da província de Malanje, no norte de Angola. A presença europeia na região, até meados do século XX, era extremamente baixa, enquanto os africanos somavam 95% da população e dedicavam-se ao cultivo de culturas tradicionais. No entanto, por volta da década de 1940, a cultura algodoeira intensiva promoveu profundas alterações no ritmo de vida daquelas populações rurais (FREUDENTHAL, 1995/1999).

²⁹ Fundada em 1926, a companhia luso-belga detinha o exclusivo comercial sobre toda a produção algodoeira dos camponeses angolanos, pagando preços menores que os do mercado (PEIXOTO, 2009).

³⁰ Em finais de 1960, “[...] se constituiu um movimento ou uma ‘sociedade secreta’ que utilizando uma linguagem simbólica, exprimia o descontentamento dos africanos, conduzindo à adesão generalizada a um programa de resistência civil, integrando preceitos práticos que violavam a ordem colonial estabelecida na região” (FREUDENTHAL, 1995/1999, p. 257-258).

O alastramento da contestação na região produziu a reação do governo salazarista, o qual reprimiu violentamente a rebelião, deixando centenas de mortos e aldeias destruídas, além de causar o êxodo de milhares de pessoas para o Congo-Léopoldville. Apesar do seu fim trágico, a revolta da Baixa do Cassanje foi importante para que os movimentos de libertação vissem na população a disposição para lutar contra a autoridade portuguesa e a dominação colonial (PEIXOTO, 2009).

Concomitantemente, no final de janeiro de 1961, aconteceu a chamada Operação Dulcineia promovida pelo Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL)³¹ sob liderança de Henrique Galvão, a qual consistiu no assalto do Paquete Santa Maria, propriedade portuguesa, com o objetivo de aportar em Luanda, a fim de chamar atenção internacional para a situação na Península Ibérica e das colônias portuguesas (SILVEIRA, 2011). Sem apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra para busca do navio, esse acontecimento comprovou a falta de apoio internacional e o desconforto dos países ocidentais em relação ao regime salazarista. Ademais, na colônia, exaltou os ânimos dos nacionalistas e auxiliou a precipitação das revoltas que levaram a guerra colonial (PEIXOTO, 2009).

A partir dos acontecimentos supracitados e aliados à presença da imprensa internacional em Luanda, bem como do pretexto de transferência dos réus presos detidos em 1959, na madrugada de 4 de fevereiro de 1961, os movimentos de libertação ativos em Luanda, provocaram um ataque simultâneo aos presídios onde se encontravam os líderes dos movimentos nacionalistas, dando, de fato, início a luta colonial em Angola.

Apesar da pesada cortina da censura que, mais uma vez se abateu sobre Angola, a presença de jornalistas em Luanda naquele início de fevereiro de 1961, permitiu um desnudar do colonialismo português nos circuitos internacionais, pois “a imprensa internacional denuncia as ações repressivas do regime salazarista, nomeadamente com a divulgação de fotografias (...) que correm o mundo” (CDIH, 2010:172), colocando Angola no centro dos debates da Organização das Nações Unidas (SILVEIRA, 2011, p. 207).

Na sequência, em 15 de março, quando da realização da XV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em que foi discutida a situação de Angola e a partir da orientação de Holden Roberto, a UPA promoveu um levante armado no norte de Angola, caracterizado pela violência gratuita e indiscriminada contra europeus, assimilados e africanos da etnia Ovimbundu que, vindos do Sul, trabalhavam nas plantações de café. Divulgado como elemento de brutalidade pela imprensa internacional, o acontecimento de 15 de março foi

³¹ Formado por portugueses e espanhóis, o Diretório era opositor dos regimes salazarista e franquista.

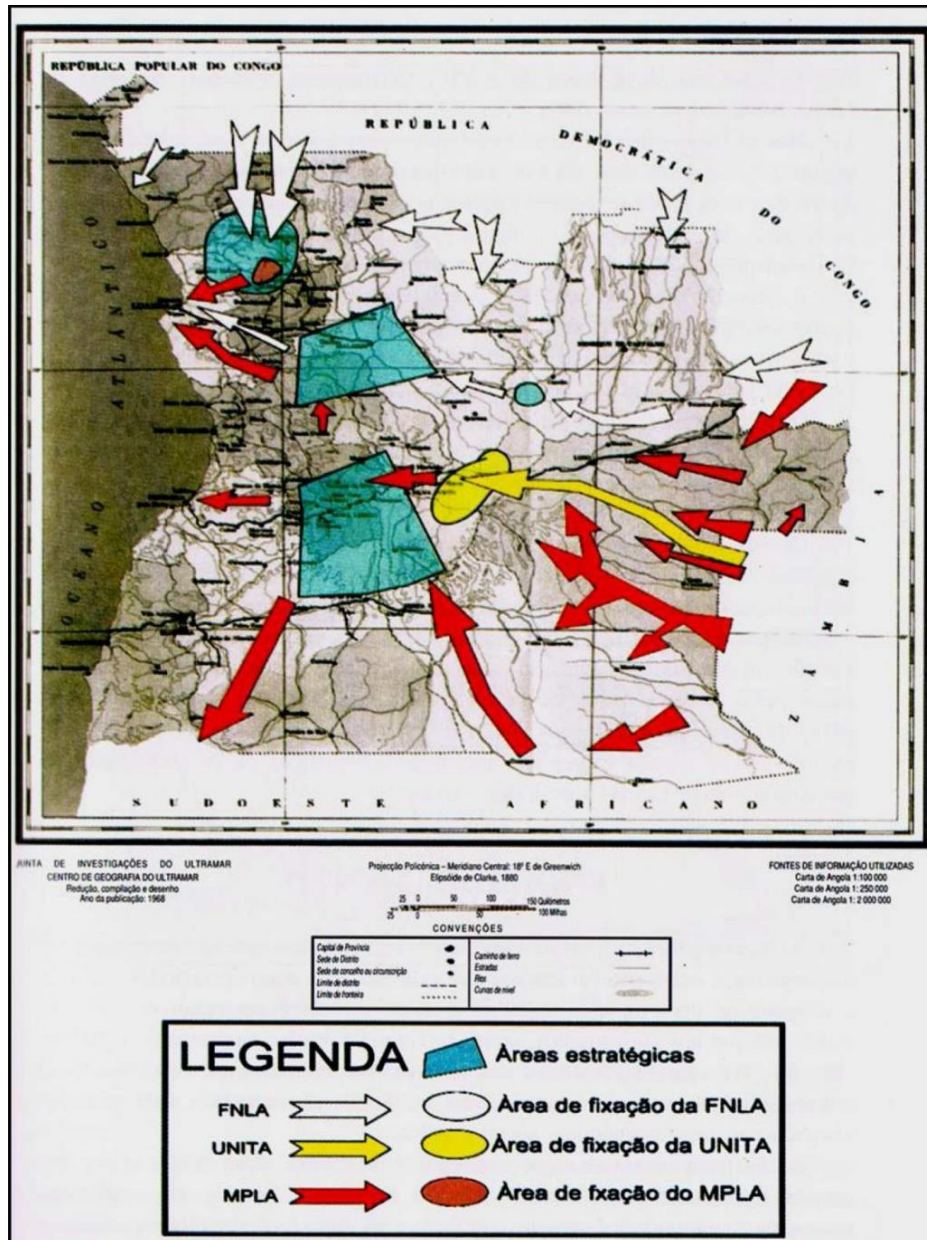
usado como pretexto para legitimar a repressão, ainda mais violenta em números, que se seguiu por parte de Portugal (PEIXOTO, 2009).

Diante disso, como exposto por Peixoto (2009), o início dos levantes armados acabou com as possibilidades de resolução do problema colonial pela via pacífica. Os movimentos de libertação tiveram sua importância reforçada, principalmente, a UPA e o MPLA, destacados por terem iniciado a luta armada. Ao mesmo tempo, o regime português manteve sua posição irreduzível de nação pluricontinental e promoveu todos os esforços para manter os seus territórios além-mar.

3.2 O MPLA, UPA E UNITA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Iniciada em 1961, a guerra de independência se estendeu até 1975, reduzindo as fragmentações políticas entre o MPLA, a UPA e, após 1965, a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA). As diferenças político-ideológicas no seio dos movimentos inviabilizaram a formulação de um projeto conciliatório para a luta de libertação e, posteriormente, no estabelecimento de um governo angolano. Desse modo, em uma época marcada pela Guerra Fria, cada grupo atuou de forma separada, buscando estender a sua área de influência para a totalidade do território angolano e recebendo apoios de parceiros diferentes, a fim de sustentar a sua luta anticolonial.

Mapa 3 - Mapa de Angola com as áreas de influência de cada movimento pré-independência



Fonte: EME *apud* SILVA, 2014, anexo VI.

Buscando reforçar o reconhecimento internacional e apresentar um discurso modernizante, a UPA³² juntamente com o Partido Democrático de Angola (PDA)³³ fundaram em Léopoldville, a 27 de março de 1962, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Apesar do discurso nacionalista, com o objetivo de agrupar os movimentos nacionalistas em prol da sua causa e orientar a luta de libertação baseada na colaboração entre todas as etnias, a

³² Em meados de março, a UPA sofreu uma cisão interna, perdendo elementos moderados da direção, momento em que permitiu “[...] a filiação elementos de outras etnias, guiando-os a lugares cimeiros na organização, como foi o caso do cuanhama João Batista Traves Pereira, o cabinda Alexandre Taty, ou o umbundu Rosário Neto” (SILVEIRA, 2011, p. 221).

³³ Antiga Aliança Angolana dos Originários do Zombo (ALIAZO) e que era presidente Emanuel Kounzika.

FNLA manteve acentuada a sua base étnica a partir dos bakongos e excluía a participação de elementos mestiços e brancos entre seus quadros (SILVEIRA, 2011).

Uma semana após a formação da FNLA, seus líderes fundaram o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), o qual foi reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA) como o único movimento de libertação representativo do povo angolano, sendo Holden Roberto o primeiro-ministro³⁴. Na sequência, em agosto de 1962, a FNLA concluiu sua estrutura com a formação do Exército de Libertação de Angola (ELNA), que tinha sua base em Kinkuzu, uma aldeia próxima a capital da República do Congo, de onde partiam as ações de guerrilha no norte de Angola. Os militantes eram recrutados entre os refugiados que buscavam abrigo no Congo-Léopoldville, sendo o contato facilitado pela semelhança de origem étnica ou por meio das ações voluntárias junto ao Serviço de Assistência dos Refugiados Angolanos (SARA), a partir das quais esperavam atrair simpatia entre a população refugiada e conseguir voluntários para a luta (PEIXOTO, 2009).

No entanto, a atuação da FNLA não foi a mais efetiva. Estruturada com um governo provisório e um exército minimamente estabelecido – com apoio logístico e material –, a FNLA, entretanto, não formulou um plano político bem delimitado para a luta armada em Angola. Para Holden Roberto, o objetivo era alcançar a independência, sendo a luta guiada a partir dessa meta. Ademais, as campanhas militares se concentraram na fronteira norte e nordeste de Angola, tendo sua expansão bastante limitada. Essas ações começaram a declinar em 1964 com os descontentamentos internos e as cisões que se sucederam, sendo a principal referente a saída de Jonas Malheiro Savimbi, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE (PEIXOTO, 2009).

A saída de Jonas Savimbi em 1964, aliada aos outros dissidentes decepcionados com a gestão autocrática de Holden Roberto na FNLA, forneceu base para construção de um novo movimento nacionalista, a União Nacional para a Liberação Total de Angola (UNITA). Representando os Ovimbundus, maior grupo étnico de Angola, Savimbi acreditava que a solução para a independência era a luta armada, sustentada e conduzida pelo povo. Em 1966, ingressou em Angola juntamente com 11 homens recém-chegados da República Popular da China, onde realizaram um curso de formação militar na Academia Militar de Nanquim (SILVA, 2007). Em suma, de acordo com Maria Silva,

³⁴ “O primeiro governo do GRAE, para além de Holden Roberto e de Emmanuel Kunzika [como Vice-primeiro-ministro], era constituído pelos seguintes elementos: 2º vice-primeiro-ministro — Cónego Manuel das Neves (UPA); Ministro dos Negócios Estrangeiros – Jonas Savimbi (UPA); Ministro da Informação – Rosário Neto (UPA); Ministro do Interior – José João Lihuca (UPA); Ministro das Finanças – Manuel Ziki (PDA); Ministro do Armamento – Eduardo Pinock (UPA) e Ministro dos Assuntos Sociais – Fernando N’Dombele (PDA) [...]” (SILVEIRA, 2011, p. 226).

Apesar de não se constituir uma força militar, o fato mais importante é que a UNITA já havia fincado pé no sul de Angola e estava disposta a desafiar o colonialismo português pelas armas. Dois anos depois, em 1968, a UNITA era a terceira maior força na luta anticolonial em Angola. O fato mais relevante da criação da UNITA foi o impacto que teve sobre os demais movimentos nacionalistas, mudando suas prioridades e a estratégia de luta. [...]. Assim como a FNLA, do ponto de vista ideológico, a UNITA declarava militar no campo anticomunista. Em termos práticos, entretanto, buscou o apoio da China Popular, explorando o fato do MPLA ser respaldado por Moscou. Ao contrário dos outros dois movimentos nacionalistas de maior expressão em Angola, o MPLA e a FNLA, a UNITA centrou seus esforços em cooptar as populações das áreas rurais, buscando mobilizá-las para a luta anticolonial (SILVA, 2007, p. 150).

Além da crise interna, o GRAE teve a permanência da sua sede no Congo-Léopoldville ameaçada com a ascensão de Moïse Tschombe, em 1964, como primeiro-ministro do território, mantendo laços estreitos com Portugal e, conseqüentemente, retirando todo apoio prestado pelo mandato anterior (SILVEIRA, 2011). O auxílio retornou apenas em 1972 sob o governo de Joseph Mobutu, o qual permitiu a construção de uma poderosa força militar, a qual, todavia, não permitiu o sucesso da FNLA na luta de independência.

O MPLA, por sua vez, saiu muito fragmentado da repressão portuguesa em 1961, reduzindo sua atuação para alguns grupos espalhados nas florestas do norte de Angola. Diante disso, houve a necessidade de estabelecer uma base no Congo-Léopoldville, onde Agostinho Neto, quando retornou de Portugal³⁵, encontrou-se com o restante do comitê diretor (DAVIDSON, 1970). Todavia, a atuação concomitante do MPLA e da FNLA na mesma cidade esbarrou na disputa do espaço, sendo o ambiente muito mais favorável ao grupo de Holden Roberto, o qual com influência sobre as autoridades locais, obstruía o transporte e a passagem dos membros do MPLA pela fronteira. Apesar disso, com a mudança de governo no Congo-Brazzaville em que Alphonse Massamba-Delbát instituiu um governo revolucionário de inspiração leninista-marxista, o MPLA teve a oportunidade de deslocar definitivamente sua sede para Brazzaville, na outra margem do Rio Congo (FEIJÓ, 2011).

A utilização do espaço em Brazzaville, constituindo passagem entre Angola e o território do enclave de Cabinda, tornou essencial a conquista deste último pelo MPLA, o qual promoveu a primeira ação de guerrilha vitoriosa, abrindo efetivamente a guerra colonial por parte do movimento (DAVIDSON, 1970). Nesse cenário, URSS e Cuba iniciaram sua

³⁵ Segundo Anabela Silveira (2011, p. 248-250) com a “chegada de Agostinho Neto a Léopoldville, grandes transformações se iriam processar na estrutura do MPLA, começando pela decisão tomada por Viriato da Cruz, ainda em Conakry, de abandonar a comitê diretivo, com argumentação de que havia demasiados mestiços na direção do MPLA que, como tal, era alvo de ataques cerrados por parte de Holden Roberto. [...]. Com o abandono de todos os cargos por parte de Viriato da Cruz, Agostinho Neto, que era negro, tinha o caminho aberto para tomar as rédeas do MPLA”.

participação na luta de libertação angolana com o envio de materiais e de conselheiros cubanos para o estabelecimento de uma base de treinamento do MPLA no Congo-Brazzaville (PEIXOTO, 2009).

Aliado a esse ambiente favorável, em 1965, o MPLA teve a oportunidade de melhorar a logística no interior do território angolano, obtendo o consentimento dos governos da Zâmbia e Tanzânia para abertura de rotas seguras e de abastecimento para o leste de Angola, através de seus territórios. Assim, em março de 1966 o MPLA iniciou suas operações na província de Moxico; em maio de 1968 na Lunda; e em 1969, no Bié e na província de Malanje (DAVIDSON, 1970). A partir dessa conjuntura, ainda em 1965, o MPLA foi reconhecido pela OUA, legalizando as ações do movimento frente ao Comitê de Libertação da OUA, o qual recolhia ajudas e distribuía aos movimentos de libertação. Apesar de deixar de reconhecer o GRAE apenas em 1971, devido à forte vinculação da FNLA com os EUA, a OUA deu apoio preferencial desde 1966 até 1972 para o MPLA (PEIXOTO, 2009).

Após o período de expansão, a Frente Leste do MPLA, começou a perder força, alterando o panorama da guerra. A inserção de novas táticas e tecnologias pelas tropas coloniais e o auxílio das forças da África do Sul e da Rodésia³⁶, atingiram as frágeis conquistas do MPLA no leste. Essa situação militar preocupante abriu espaço para uma nova crise interna no MPLA liderada por Daniel Chipenda, a qual, entre os muitos motivos, contestava os privilégios da Frente Norte, melhor equipada, em detrimento da Leste. Ademais, essa movimentação reacendeu as questões étnico-raciais mal resolvidas (PEIXOTO, 2009).

Nessa conjuntura, o MPLA entrou na década de 1970 com uma situação bastante frágil, tendo sua atuação limitada ao norte pela parceria entre a FNLA e o Congo-Léopoldville, bem como competindo com forças coloniais e tropas sul-africanas, o grupo dissidente de Chipenda e a crescente influência da UNITA no interior do território angolano.

3.3 O ACORDO DE ALVOR

Após a queda do governo de Marcello Caetano em 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas (MFA) estabeleceu a formação de uma Junta de Salvação Nacional

³⁶ De acordo com Carolina Peixoto (2009, p. 109), “os interesses comerciais e de contenção dos movimentos de libertação na África Austral aproximavam os governos de Portugal, da Rodésia e da África do Sul. Por isso, autoridades portuguesas e sul-africanas estreitaram contato ao longo dos anos 60, apesar da disparidade entre o regime sul-africano do *apartheid* e a doutrina lusotropicalista que orientava os colonialistas portugueses”.

(JSN)³⁷, presidida pelo general Antonio Spínola, o qual assumiu o governo português. Estabelecido sem uma consulta prévia aos movimentos de libertação, em agosto de 1974, a JSN divulgou o processo de retirada das tropas, prevendo o estabelecimento de uma coligação entre os três movimentos nacionalistas levando em conta as etnias do país, uma Lei eleitoral e, no prazo de dois anos, a eleição de uma Assembleia Constituinte (PEIXOTO, 2009). No entanto, o posicionamento do general Spínola parecia querer postergar a independência de Angola em um momento que os militares não estavam dispostos a prolongar a permanência nos territórios ultramarinos. Diante disso, Spínola teve de renunciar a presidência, deixando a cargo do MFA os próximos passos do país, o qual caminhava para a esquerda e para a independência das suas colônias (SILVA, 2014).

O advento da Revolução dos Cravos e a consequente saída da PIDE do território angolano, propiciou um novo momento para os movimentos nacionalistas a partir da liberdade de associação e expressão. Desse modo, começaram a surgir novos grupos emancipatórios como expressão de interesses próprios, os quais buscavam conquistar o apoio da população ainda não representada pelos movimentos mais populares para que pudessem participar do processo de independência. Nesse contexto, surgiram a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), grupo separatista do território produtor de petróleo e diamantes, a Frente de Resistência em Angola (FRA) e do Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), grupos brancos de Luanda que buscavam implementar um regime de minoria branca em Angola. No entanto, os objetivos desses grupos foram logo repudiados tanto pelos movimentos nacionalistas bem estabelecidos quanto pelas organizações internacionais, a OUA e a ONU (PEIXOTO, 2009).

Destarte, iniciaram-se as negociações entre o governo português e os três movimentos de libertação angolanos. Em janeiro de 1975 foi organizada a Cimeira de Mombaça, no Quênia, a qual estabeleceu os princípios iniciais de um acordo relativo a independência. Desse modo, reunidos em Alvor, Portugal, entre 10 e 15 de janeiro, o MPLA, FNLA, UNITA e o governo de Portugal estabeleceram o Acordo de Alvor, definindo os termos para a transferência do poder (SILVA 2014). O acordo estabeleceu um governo provisório formado por um colegiado, com um representante de cada partido e sob a chefia de um Alto Comissário português, bem como previa a independência de Angola para o dia 11 de novembro de 1975. Cabe ressaltar que o acordo reconheceu “os três movimentos de libertação

³⁷ A Junta de Salvação Nacional tinha como objetivo assegurar a transição política entre o fim do regime ditatorial e o início de um regime democrático a partir da nomeação de um presidente da República e a posse de um governo provisório (SILVA, 2014).

nacional como legítimos representantes do povo angolano. Desse modo, a eles caberia, exclusivamente, o direito de candidatar-se às eleições para a Assembléia Constituinte” (RIZZI, 2005, p. 25). Em linhas gerais,

Os pontos principais deste Acordo podem ser assim resumidos: (i) **a independência de Angola ficaria agendada para o dia 11 de novembro de 1975 e até lá a administração do país estaria nas mãos de um governo provisório formado por um colegiado, com um representante de cada grupo, de presidência rotativa e cujas deliberações seriam tomadas por maioria simples**; (ii) o governo português estaria representado por um Alto Comissariado escolhido pelo presidente de Portugal, que não poderia intervir em assuntos governamentais, mas poderia ser consultado acaso o governo provisório assim o desejasse; (iii) não-discriminação étnica para os futuros critérios de nacionalidade; (iv) uma Assembléia Constituinte seria formada no prazo de nove meses para eleição do novo presidente a tomar posse em novembro; (v) uma Comissão de Defesa Nacional, formada pelo colégio presidencial, Alto Comissariado e Estado Maior Unificado, seria formada com o principal propósito de unir os contingentes militares (então pulverizados entre os três grupos) e formar um Exército Nacional; (vi) formação dos Ministérios com as chefias divididas entre os grupos (FEIJÓ, 2011, p. 51, **grifo nosso**).

A citação é longa, porém importante porque denota-se a vinculação das partes envolvidas nas regras e procedimentos que deveriam ser seguidos para a conquista da independência do novo país, pondo fim a guerra de libertação que decorreu por 14 anos. Ademais, o caráter representativo dos três movimentos de libertação em igualdade de condições políticas no governo de transição, “[...] perspectivava um equilíbrio de poderes transitórios na arena política angolana que estava a emergir, e tudo apontava para uma correlação de forças políticas participativas dos três movimentos nacionalistas que, deste modo, se transformariam em partidos políticos” (CAPOCO, 2013, p. 143).

Contudo, o acordo foi logo descumprido com a transformação de Angola em uma arena do confronto Leste-Oeste engendrado pela Guerra Fria. Estabelecido o governo de transição, os representantes do MPLA, FNLA e da UNITA não conseguiram estabelecer um ambiente de confiança mútua. Ademais, os três movimentos logo descumpriram os termos do Acordo de Alvor ao promoverem o recrutamento dos militares angolanos que deixavam o exército português, bem como ao procurarem consolidar e expandir o controle das suas áreas de influência (PEIXOTO, 2009).

Diante dessa conjuntura, em que a via armada passou a administrar a concorrência política, entendia-se que para conquistar o poder em Angola era necessário dominar a capital, Luanda, sendo a internacionalização do conflito essencial para o cumprimento desse objetivo. Desse modo, a FLNA e, posteriormente, a UNITA foram apoiados financeiramente pelos

Estados Unidos e, por sua vez, a União Soviética e Cuba³⁸ passaram a enviar recursos ao MPLA. Concomitantemente, existia uma forte parceria entre a África do Sul³⁹ e a UNITA no fornecimento de armas e no treinamento de soldados (SILVA, 2014).

Em 18 de julho [de 1975] os EUA decidiram aumentar o apoio às forças anti-MPLA. Secretamente enviaram uma ajuda de 14 milhões de dólares a ser paga em duas parcelas à FNLA e à UNITA (quantia que foi elevada para 25 milhões em agosto e 32 milhões em novembro). Uma semana antes, em 14 de julho, o MPLA tinha expulsado o seu principal rival de Luanda. Em meados de agosto duas companhias páraquedistas zaienses entraram no combate apoiando a FNLA e as tropas sul-africanas iniciaram operações no sul de Angola com o objetivo de liquidar as forças do MPLA. Três navios mercantes cubanos partiram de Cuba rumo a Angola no início de setembro depois de apelos urgentes do MPLA que temia uma invasão sul-africana em grande escala, agravada pela ajuda estadunidense, via Zaire⁴⁰, à FNLA e à UNITA (PEIXOTO, 2009, p. 164).

De fato, em 14 de outubro, a África do Sul lançou a Operação Savannah, invadindo o sul de Angola com o objetivo de eliminar as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA)⁴¹ e conquistar Luanda. Com o objetivo de conter as forças militares da UNITA e da África do Sul que caminhavam em direção a capital, em 05 de novembro de 1975, desenrolou-se a vitoriosa Operação Carlota, promovida por Cuba e a pedido do MPLA, a qual enviou dois aviões com soldados para Angola e foi decisiva para a manutenção do controle da cidade de Luanda pelo MPLA (MARQUEZ, 1976; PEIXOTO, 2009). Na sequência, no dia 11 de novembro de 1975, o MPLA declarou, unilateralmente, a

³⁸ De acordo com Gleijeses (2006), entre as razões para o apoio de Cuba estavam o caráter messiânico de liderar a revolução (como forma de sustentar a sua) e porque Cuba se opunha ao regime de minoria branca. “Para ele [Fidel Castro], a vitória das forças sul-africanas apoiadas pelos Estados Unidos teria significado a vitória do *apartheid* e o reforço da dominação branca sobre a maioria negra da África Austral” (GLEIJESES, 2006, p. 8, tradução nossa). Texto original: “As he saw it, the victory of the U.S. - and South African-backed forces would have meant the victory of apartheid and the reinforcement of white domination over the black majority in southern Africa” (GLEIJESES, 2006, p. 8).

³⁹ De acordo com Hallet (1978), entre os interesses da África do Sul no território angolano, além de Angola ser um dos mais ricos vizinhos, com grande quantidade de petróleo, diamantes, plantações de café, e grande promessa de minerais e fontes agrícolas ainda a ser desenvolvido, ela tinha uma importância estratégica. “O país tem uma longa fronteira comum com a parte mais vulnerável do domínio de Pretória [capital executiva da África do Sul], o disputado território do Sudoeste Africano/Namíbia. Possui em Luanda e Lobito dois dos melhores portos do Atlântico Sul. E controla, na linha férrea de Benguela, uma das linhas de vida econômica da Zâmbia e Zaire, dois Estados que desenvolveram relações particularmente estreitas com governo do Sr. Vorster [primeiro-ministro da África do Sul] no período de *détente*” (HALLET, 1978, p. 349-350, tradução nossa). Texto original: “The country has a long common border with that most vulnerable part of Pretoria's domain, the disputed territory of South West Africa/Namibia. It possesses in Luanda and Lobito two of the best ports in the Southern Atlantic. And it controls in the Benguela railway one of the economic lifelines of both Zambia and Zaire, two states which developed particularly close relations with Mr. Vorster's government in the period of *detente*” (HALLET, 1978, p. 349-350).

⁴⁰ Ao assumir o poder em 1965 no Congo-Léopoldville, Joseph Mobutu promoveu uma série de mudanças, entre elas, a renomeação do país, da moeda nacional e do rio Congo, que passaram a se chamar Zaire a partir de 1971 (PEIXOTO, 2009).

⁴¹ Exército nacional formado em 1974 a partir das forças de guerrilha do MPLA.

independência da República Popular de Angola, sob a presidência de Agostinho Neto, transferindo a soberania portuguesa à um novo Estado africano independente.

4 A TRANSFORMAÇÃO DO MPLA EM PARTIDO POLÍTICO (1975-1992)

Imediatamente após declarar a independência e ascender ao poder em Luanda, o MPLA oficializou o sistema de partido único. No dia da independência, Agostinho Neto declarou que “os órgãos do Estado estarão sob a orientação suprema do MPLA e o primado das estruturas do movimento sobre as do Estado será assegurado”⁴² (LISBON RADIO *apud* HODGES, 2004, p. 49, tradução nossa). Diante disso, o período pós-independência, por um lado, vivenciou a administração do MPLA na construção do Estado angolano, e, por outro, foi marcado por uma longa Guerra Civil entre os movimentos nacionalistas, sendo a principal oposição a UNITA. Nessa conjuntura, somente com o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, o fim dos apoios externos, foi possível modificar o sistema político para o multipartidarismo e buscar uma primeira tentativa real de por fim ao conflito.

Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é apresentar a transformação do MPLA em partido político, discorrendo desde a proclamação da independência (1975) até o período em que o sistema político se torna multipartidário, em 1992. Inicialmente, apresenta-se um panorama geral sobre o ambiente de pós-independência e Guerra Civil, destacando as ingerências externas decorrentes da Guerra Fria. Na sequência, trata-se da trajetória do MPLA, desde a sua fase marxista-leninista até o momento de mudança da sua postura político-ideológica, destacando as decisões do MPLA enquanto único partido político na administração estatal. Por fim, versa-se sobre os Acordos de Bicesse (1991-1992) que tornaram o sistema político angolano multipartidário, abrindo espaço para manifestações de novos arranjos políticos em Angola.

4.1 O PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA E A GUERRA CIVIL INTERNACIONALIZADA

A declaração unilateral de independência proclamada pelo MPLA em 11 de novembro de 1975 marcou profundamente os rumos do Estado recém-independente. A luta iniciada na sequência da assinatura do Acordo de Alvor entre o MPLA, FNLA e UNITA se estendeu até 1992, quando ocorreu a primeira tentativa real de por fim ao conflito. Ao passo que o MPLA declarou a independência da República Popular de Angola, a FNLA e UNITA anunciaram, em Huambo, a formação da República Popular Democrática de Angola, a qual, no entanto,

⁴² Texto original: “the organs of the state will be under the supreme guidance of the MPLA and the primacy of the movement’s structures over those of the state will be ensured” (Lisbon Radio *apud* HODGES, 2004, p. 49).

teve curta duração devido à frágil aliança entre os dois movimentos, acabando na expulsão da FLNA da região (PEIXOTO, 2009).

Em contrapartida, o Estado angolano sob direção do MPLA teve sucesso no reconhecimento internacional. Antes mesmo de qualquer país africano ou socialista, o Brasil foi o primeiro a estabelecer relações diplomáticas com o novo Estado africano⁴³. Em seguida, Angola tornou-se o 47º membro da Organização da Unidade Africana a partir do reconhecimento da maior parte dos países membros em 11 de fevereiro de 1976. Diante desse avanço, entre 17 e 19 de fevereiro, Angola obteve o reconhecimento de vários países europeus, ao passo que Portugal o fez em 22 de fevereiro. Aliada a essas aprovações por parte da comunidade internacional, a ONU reconheceu o governo do MPLA em 22 de novembro de 1976, tornando Angola o 146º membro da ONU, mesmo com os protestos dos Estados Unidos e da África do Sul (FRANCISCO, 2013).

Na medida em que o MPLA recebia, por parte dos Estados africanos, o reconhecimento internacional como governo legítimo do Estado angolano, a FNLA e a UNITA tiveram um declínio dos seus apoios por meio da associação com a África do Sul. Em 31 de março de 1976, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) condenou as agressões sul-africanas em território angolano, demandando compensações pela guerra. Ademais, a partir das investigações acerca das atividades da Central Intelligence Agency (CIA), o papel americano em Angola foi exposto, criando um grande debate interno, o qual produziu a Emenda Clark. Aprovada em dezembro de 1975 pelo Congresso americano, a emenda barrou o envolvimento da CIA em Angola, o que manteve os EUA fora do país africano por quase uma década (PAZZANITA, 1991).

No entanto, a guerra inter-estatal entre Angola e África do Sul foi retomada a partir do início da luta armada pela independência da Namíbia, ocupada desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Facilitada pela decisão do MPLA de propiciar um território seguro para as atividades da SWAPO⁴⁴, a independência forneceu o pretexto para uma ação militar sul-africana contra a SWAPO e o MPLA o que, no entanto, propiciou a vitória do movimento de libertação namibiano a partir da decisão do CSNU, em 29 de setembro de 1978, demandando

⁴³ De acordo com Visentini, “o estabelecimento da representação em Luanda deu-se antes da independência oficial, com a Missão do Diplomata Ovídio de Andrade Melo. Em 11 de novembro de 1975, no mesmo dia em que as tropas portuguesas se retiraram de Angola, o Brasil reconheceu o governo unilateral do MPLA, que estabelecia a República Popular de Angola” (VISENTINI, 2015, p. 5). Entre os motivos que levaram ao reconhecimento imediato estava o entendimento de que Angola tinha uma importância estratégica para o relacionamento do Brasil com o continente africano e, uma vez que o MPLA tinha mais chances de vencer a disputa pelo poder, o Brasil buscou ganhar a confiança dos seus membros (VISENTINI, 2015).

⁴⁴ Do inglês *South West Africa People's Organization*. A SWAPO foi um movimento de libertação da Namíbia que representava quase 50% da população namibiana e estava situada na fronteira com Angola.

a independência da Namíbia e a realização de eleições neste país (PAZZANITA 1991). Ademais, em julho de 1978, Angola e Zaire promoveram negociações e assinaram um acordo de não agressão, segundo o qual o governo angolano deixaria de apoiar o Movimento dos Katangas (que eram contra o regime de Mobutu) e o governo do Zaire encerraria o apoio as oposições angolanas na fronteira. Desse modo, após a assinatura do acordo entre ambas as partes, a FNLA, que já havia demonstrado certo declínio nas suas atividades após a declaração de independência, acabou por desaparecer de cena, saindo da luta civil angolana (FRANCISCO, 2013).

Com a morte de Agostinho Neto em 10 de setembro de 1979, as negociações em torno de um cessar-fogo com a UNITA são abandonadas e quem assume o poder é José Eduardo dos Santos, liderando o MPLA e o Estado angolano. Na sequência, a conjuntura internacional foi marcada pela ascensão de governos neoliberais, sendo que a administração de Ronald Reagan nos Estados Unidos promoveu uma mudança significativa na abordagem dos EUA em relação à UNITA e à África do Sul. Entendendo os conflitos regionais no Terceiro Mundo como uma competição global de influência entre os EUA e a União Soviética, a administração dos EUA promoveu um “engajamento construtivo” em relação a Pretória, com o qual procurou estabelecer uma política de *linkage* com Angola, propondo a concessão da independência da Namíbia a partir da retirada das tropas cubanas de Luanda. Contudo, a proposta foi rejeitada publicamente pelos países envolvidos, uma vez que a presença cubana em Angola era vista como legítima enquanto a ocupação da Namíbia era amplamente aceita como ilegal. Além disso, a agenda de Reagan revogou a Emenda Clark, permitindo o apoio norte-americano à UNITA (PAZZANITA, 1991).

Concomitantemente, em 23 de agosto de 1981, África do Sul lançou a Operação Protea que, apesar de declarar o objetivo de conter as atividades da SWAPO dentro da província do Cunene, a maior parte dos combates se deu entre a FAPLA e a SADF⁴⁵. Em linhas gerais, “todas as cidades angolanas em Cunene foram ocupadas [...], perdas humanas e materiais foram extremamente pesadas, e a África do Sul demonstrou superioridade no ar em áreas onde a sua ofensiva terrestre tinha estagnado” (PAZZANITA, 1991, p. 90). Essa ofensiva permitiu o alastramento das forças da UNITA para as áreas mais ao norte do país, principalmente para as províncias de Malanje e Cuanza Sul (VISENTINI, 2012). Em finais de 1983, ainda com o objetivo de interromper a logística da SWAPO, a África do Sul iniciou a Operação Askari, a qual, no entanto, sofreu um forte contra-ataque por parte da FAPLA,

⁴⁵ Do inglês *South African Defence Force*. Em português, Força de Defesa da África do Sul.

confirmando que a participação da África do Sul em Angola estava no fim e levando a negociações entre os dois países, bem como a retirada de 1.000 soldados sul-africanos de Angola. Desse modo, em 31 de janeiro de 1984, os dois países beligerantes se reuniram em Lusaka, sob supervisão dos Estados Unidos, para assinatura de um acordo de cessar-fogo e a retirada do exército sul-africano em troca da saída da SWAPO do território angolano. Todavia, com a suspensão da Emenda Clark em julho de 1985, o MPLA se retirou das negociações (PAZZANITA, 1991).

Diante dos ataques da África do Sul, o MPLA recebeu um aumento do suporte de Cuba e da URSS, assinalando o gerenciamento soviético sobre as atividades em Angola.

A URSS organizou três operações contra a UNITA e a África do Sul: a Operação Congresso II, em julho de 1985; ofensivas contra Moxico e Cuando Cubando, em meados de 1986; e a Operação Saludando Octubre, no final de julho de 1987, cujo objetivo era capturar a base da UNITA em Mavinga e lançar um assalto final à Jamba. A África do Sul interveio em favor da UNITA nestes três momentos e os soldados das FAPLA foram sendo empurradas a Cuito Cuanavale, onde, desde o final de abril de 1987 vinham se concentrando (HÖRING, 2015, p. 55-56).

Todavia, ao assumir o governo da URSS em 1985, Mikhail Gorbachev começou a questionar as grandes despesas em torno da assistência aos países africanos, buscando reformular a política soviética no Terceiro Mundo, a qual a partir de 1987, reduziu o auxílio militar e econômico para os mesmos. Em contrapartida, Cuba estava disposta a intervir a favor dos companheiros africanos (PAZZANITA, 1991). Para Höring (2015), a decisão de “[...] reengajar na guerra também marcou a fase final da intervenção cubana. A possibilidade de Cuito Cuanavale cair nas mãos sul-africanas seria uma derrota irremediável para Cuba e forçaria negociações não favoráveis com a África do Sul” (HÖRING, 2015, p. 56).

O conflito que marcou o fim da participação externa na Guerra Civil angolana esteve concentrado na província de Kuando-Kubango. Por um lado, o MPLA, com suporte soviético e cubano, estava instalado na cidade de Cuito Cuanavale, tendo um dos maiores exércitos da África subsaariana, o qual tinha como objetivo a conquista de Mavinga. Por sua vez, a África do Sul e a UNITA, instaladas em Mavinga queriam ocupar a cidade de Cuito Cuanavale, abrindo o centro de Angola para a presença sul-africana e da oposição angolana. Desse modo, mesmo questionada internamente, em dezembro de 1987 a África do Sul optou por uma ofensiva contra a cidade de Cuito Cuanavale, bombardeando a cidade com algo entre 3.000 e 9.000 soldados da SADF, juntamente com mais alguns milhares da UNITA. A cidade, por sua vez, estava equipada com mais de 30.000 soldados entre as forças do MPLA e de Cuba, além

de um sistema de defesa antiaérea⁴⁶. Após idas e vindas, o golpe final foi dado em 26 de junho de 1988, quando forças terrestres e aéreas da FAPLA e de Cuba mataram no mínimo 12 soldados brancos da SADF e destruíram a barragem de Calueque, fazendo com que a África do Sul recuasse em grande parte para a Namíbia (PAZZANITA, 1991).

A partir desse acontecimento, foi possível abrir as negociações com a África do Sul. Em 22 de dezembro de 1988, Angola, Cuba e África do Sul (com a presença dos EUA) assinaram um acordo em Nova York, o qual se utilizou da Resolução 435 da ONU – que formalizava um plano para a independência da Namíbia –, começando em 01 de abril de 1989, com uma missão das Nações Unidas para monitorar a transição de independência, o Grupo das Nações Unidas de Assistência à Transição (UNTAG). Em contrapartida, Cuba e o MPLA concordaram com a retirada gradual das tropas cubanas dentro de 27 meses (PAZZANITA, 1991; PYCROFT 1994).

Até 01 de agosto de 1989, todas as tropas cubanas seriam retiradas a norte do 15º paralelo, e até 01 de Novembro 1989, 1.500 soldados sul-africano iriam retirar-se da Namíbia e as eleições seriam realizadas. A retirada gradual das forças cubanas de Angola seria concluída até 1 de Julho de 1991. A eleição da Namíbia foi julgada "livre e justa", todos os partidos estavam preparados para aderir ao resultado, e a Namíbia alcançou sua independência em 21 de Março de 1990 (PYCROFT, 1994, p. 246, tradução nossa)⁴⁷.

Em dezembro de 1988, a ONU criou a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I), como forma de supervisionar a saída das tropas cubanas do território angolano, a qual se mostrou satisfatória uma vez que a retirada aconteceu um mês antes do previsto. Sem considerar as dinâmicas internas do território e os apoios contínuos dos EUA e da URSS, o sucesso da Missão deixou a percepção de que o conflito era resultado das ingerências externas e do ambiente da Guerra Fria, acreditando que, com a saída desses atores externos, o conflito se solucionaria facilmente (MACQUEEN, 1998). No entanto, o desenrolar da Guerra Civil não ocorreu dessa forma.

⁴⁶ Cabe salientar que, em abril de 1988, havia 50.000 soldados cubanos prontos para combater as forças da SADF na região (PAZZANITA, 1991).

⁴⁷ Texto original: "By 1 August 1989, all Cuban troops would be withdrawn north of the 15th parallel, and by 1 November 1989, 1,500 South African troops would depart from Namibia and elections would be held. The phased withdrawal of Cuban forces from Angola would be completed by 1 July 1991. The Namibian election was judged to have been 'free and fair', all parties were prepared to adhere to the outcome, and Namibia achieved its independence on 21 March 1990" (PYCROFT, 1994, p. 246).

4.2 A TRAJETÓRIA DO MPLA: DA FASE MARXISTA-LENINISTA À MUDANÇA DE POSTURA POLÍTICO-IDEOLÓGICA (1975-1991)

Conquistada a independência, o MPLA assumiu o governo angolano com o objetivo de construir um Estado moderno e independente que fizesse frente ao Sistema Internacional. Ao longo da sua trajetória política, o MPLA gerenciou o Estado a partir de um contexto de Guerra Civil, com poucos quadros qualificados para administração pública e tendo como principal tarefa acabar com os resquícios do colonialismo português. Sendo assim, o MPLA tinha diversos desafios para implementar seu projeto político nacionalista.

Uma das questões centrais concentrava-se no fato de que poucos africanos tinham a educação ou habilidades linguísticas para administrar uma nação moderna e independente, sendo necessária “uma reforma total do Estado, da economia e das relações Estado-sociedade em busca de autonomia e desenvolvimento”, a qual, para o MPLA, passava pela “[...] adoção do socialismo científico e uma estruturação do Estado baseada, pelo menos projetada, no marxismo-leninismo” (CASTELLANO, 2015, p. 143). Assim, na Primeira Plenária do Comitê Central do MPLA, em outubro de 1976, foi estabelecida a criação de um partido político guiado pelo modelo ideológico marxista-leninista e tendo como objetivo alcançar o socialismo (CAPOCO, 2013).

Contribuindo para esse processo de centralização, em 27 de maio de 1977, o ex-ministro do interior Nito Alves⁴⁸, auxiliado por alguns grupos das Forças Armadas, orquestrou uma tentativa de golpe de Estado contra Agostinho Neto. Apesar de o golpe ter sido facilmente contido, as consequências para o MPLA foram bastante graves, desestabilizando o partido e tornando necessária a sua reestruturação. Diante disso, em dezembro de 1977 ocorreu o I Congresso do MPLA, no qual o partido reafirmou o seu projeto centralizador de unidade nacional a partir do socialismo e manifestou-se contrário a qualquer distinção de natureza étnica, racial e regional, declarando-se um partido de vanguarda (VISENTINI, 2012). Ademais, na ocasião, o partido renomeou-se Movimento Popular de Libertação de Angola - Partido do Trabalho (MPLA-PT) e reconheceu-se a necessidade de reestruturar o partido, visando organizar os apoios e lideranças, bem como manter a coesão interna. Sendo assim, a partir de uma campanha de retificação, o Primeiro Congresso também substituiu:

⁴⁸ Deposto em 1976 por fomentar ideias racistas, Nito Alves ainda participava do Comitê Central do MPLA, onde continuou suas críticas quanto “a escassez de alimentos, pelo colapso do sistema de distribuição e pelo crescente ressentimento entre negros pobres que viviam nas favelas de Luanda quanto ao papel desempenhado pelos mestiços no âmbito do governo” (VISENTINI, 2012, p. 62-63).

A antiga estrutura do MPLA – que era constituída por Grupos de Ação, Comitês de Ação e Comitês Provinciais Executivos – por uma nova estrutura organizacional. As novas estruturas deveriam ser preenchidas por quadros selecionados durante a campanha de retificação [...]. Em nível nacional, o Comitê Central seria eleito pelo Congresso e, por sua vez, ficaria encarregado de nomear os principais líderes governamentais e de eleger o Bureau Político. Adotava-se, assim, um modelo de **centralismo democrático**, que determinava que a decisão dos órgãos mais altos na hierarquia seria considerada obrigatória aos demais órgãos. Por fim, o Congresso de 1977 também confirmou a posição de Neto no âmbito do partido e do governo. De fato, havia um forte elemento presidencial no partido. [...]. Neste sentido, em dezembro de 1978, com a justificativa de que o presidente precisava de um contato mais direto com seus ministros, Neto aboliu os cargos de vice-presidente e primeiro-ministro, concentrando ainda mais o poder em suas mãos (VISENTINI, 2012, p. 75-76, **grifo do autor**).

O processo de reestruturação foi tão satisfatório que, em ocasião da morte de Agostinho em 1979 por causas naturais, a transição de poder do Estado e do MPLA-PT para o até então Ministro do Planejamento, Eduardo dos Santos, ocorreu de forma pacífica.

No que diz respeito à estrutura social, havia um processo de fragmentação social centrado na divisão da população entre africanos indígenas, assimilados, mestiços e brancos, sendo a separação entre os dois primeiros exacerbada a partir do trabalho forçado – vigente até as primeiras insurreições em 1961. Criada pelos portugueses para manter a supremacia branca em Angola, a separação racial sob aspectos jurídicos foi desfeita pelo MPLA, a partir da criação da Lei da Nacionalidade em 1975, condicionando a concessão da nacionalidade aos brancos e mestiços. Dessa forma, os nacionais angolanos foram definidos pelo artigo 1º da referida lei: “são cidadãos angolanos de pleno direito todos os indivíduos nascidos em Angola, bem como os não naturais filhos de mãe ou pai angolanos” (LEI DA NACIONALIDADE. JORNAL DE ANGOLA *apud* PINTO, 2012, p. 87).

Ademais, o Estado vivenciava uma divisão étnica, intensificada no período colonial e refletida na estrutura dos movimentos de libertação. Em linhas gerais, o MPLA tinha em suas bases os assimilados e os Mbundu (ou Kimbundu, dos arredores de Luanda), a FNLA representava a etnia Bakongo (ao Norte) e a UNITA os Ovimbundu (ao Sul)⁴⁹. Na tentativa de dirimir essas divisões, o MPLA buscou assegurar uma cultura comum a partir do sistema

⁴⁹ “O grupo étnico Bakongo (Kikongo) é composto por vários outros subgrupos, incluindo Cacongo, Coje, Congo, Guenze, Iaca, Iombe, Muchicongo, Oio, Paca, Pombo, Sorongo, Sosso, Suco, Vili, e Zombo. O grupo étnico do Mbundu (Kimbundu) inclui Ambundo, Bambeiro, Bangala, Bondo, Cari, Chinje, Dembo, Haco, Holo, Hungo, Libolo, Luanda, Luango, Minungo, Ngola, Ntemo, Puna, Quibala, Quissama, Sende, e Songo. O Ovimbundu (Umbundu) inclui Bailundo, Bieno, Caconda, Chicuma, Dombe, Ganda, Hanha, Lumbo, Mbui, Quissanje, Sambo, Sele, Sumbe, e Uambo” (MALAQUIAS, 2000, p. 113).

público de educação⁵⁰, dos meios de comunicação⁵¹ e dos órgãos de socialização popular, destacando-se as atividades da Organização da Mulher Angolana (OMA), para mulheres; a Juventude do MPLA (JMPLA), para os jovens; a Organização dos Pioneiros Angolanos (OPA), para as crianças; e União dos trabalhadores Angolanos (UNTA), para os trabalhadores (MALAQUIAS, 2000; PINTO, 2012).

Mapa 4 - Mapa étnico-linguístico de Angola



Fonte: MALAQUIAS, 2000, p. 101.

Outra divisão do Estado recém-independente era a discrepância entre o urbano e o rural. Enquanto o meio rural concentrava a maior parte da população angolana com baixos padrões de vida e educação, o espaço urbano reunia os indivíduos com um padrão de vida

⁵⁰ Segundo Tatiana Pinto (2012), “no domínio do ensino, o Ministério da Educação [...] lançou uma ampla reforma educacional. Campanhas de alfabetização foram realizadas em todo o país buscando diminuir o altíssimo índice de analfabetismo, que segundo fontes oficiais era da ordem de 85%. [...] O novo sistema de ensino regular foi dividido nos níveis de alfabetização, primário, secundário e médio. Havia também o ensino superior, promovido pela Universidade de Angola [...]. Em todos os segmentos do ensino, a política educacional nacional objetivava difundir uma nova ordem social, política e econômica.” (PINTO, 2012, p. 90).

⁵¹ De acordo com Tatiana Pinto (2012), “a política de informação do MPLA orientava e controlava o conteúdo veiculado, direcionando-o frequentemente para a exaltação da nova nação, da classe trabalhadora e para o desenvolvimento dos chamados novos ‘hábitos’, ‘gostos’ e ‘comportamentos’.” (PINTO, 2012, p. 91).

mais elevado e que exerciam atividades nos setores de construção, transporte, pesca, indústria, entre outros (VISENTINI, 2012).

O núcleo das políticas socialistas do MPLA consistia no papel de liderança da aliança entre a classe trabalhadora e a classe camponesa; no entanto, ainda que o partido pregasse a importância da participação camponesa para a reconstrução do país, bem como a necessidade de melhoria do padrão de vida no campo, a sua base política era, em grande parte, constituída pelos setores urbanos, especialmente pela classe trabalhadora e pelos moradores de favelas. Dessa forma, **temia-se que o MPLA priorizasse os interesses do pequeno proletariado urbano, em detrimento do campesinato** (VISENTINI, 2012, p. 66, grifo nosso).

Como forma de ir contra essa possibilidade, o governo do MPLA estabeleceu fazendas estatais nas terras abandonadas pelos portugueses e incentivou a criação de cooperativas e associações nessas áreas. Todavia, com a incorporação dessas associações pelo Estado, o sucesso dos dois primeiros anos acabou regredindo, fazendo com que os produtores voltassem a ser explorados pelos grupos privilegiados do período colonial (pequenos transportadores, comerciantes e fazendeiros). Sendo assim, o presidente Eduardo dos Santos em 1985, “[...] temendo que o fracasso dos seus principais projetos agrícolas colocassem em perigo a influência exercida pelo MPLA sobre o campesinato [...], destacou a necessidade de aumentar os esforços de recrutamento em áreas rurais” (VISENTINI, 2012, p. 66).

Enquanto internamente o MPLA buscava consolidar-se no poder e construir o Estado sob uma base socialista, na política externa do novo Estado independente,

Neto e a cúpula do MPLA implantaram uma política externa regional reivindicatória e pró-ativa para assegurar a existência do Estado e o reconhecimento do MPLA. Para isso, a política externa deveria servir de instrumento para a vitória na guerra civil, o que, por sua vez implicava na transformação da ordem regional. Buscava-se concomitantemente (i) a defesa da soberania dos Estados recém-independentes, (ii) a construção de mecanismos regionais de distribuição de desenvolvimento (SADCC) pautados no imperativo dos direitos sociais das populações da região e (iii) a construção solidária da segurança regional, sob a compreensão de que a sua própria segurança estava imbricada à de grupos e Estados vizinhos aliados (CASTELLANO, 2015, p. 150-151).

Com a ascensão do presidente Eduardo dos Santos, a política externa vivenciou um incremento relativo das capacidades coercitivas e o aumento do apoio externo por parte da URSS e Cuba, garantindo uma reação às grandes pressões externas por meio de uma política mais incisiva de apoio aos movimentos contrários ao regime do *apartheid* e reação militar contra a invasão sul-africana. Para Castellano (2015), no momento de transição em 1988, “[...] a diminuição das pressões externas com a retração da África do Sul permitiu a redução do

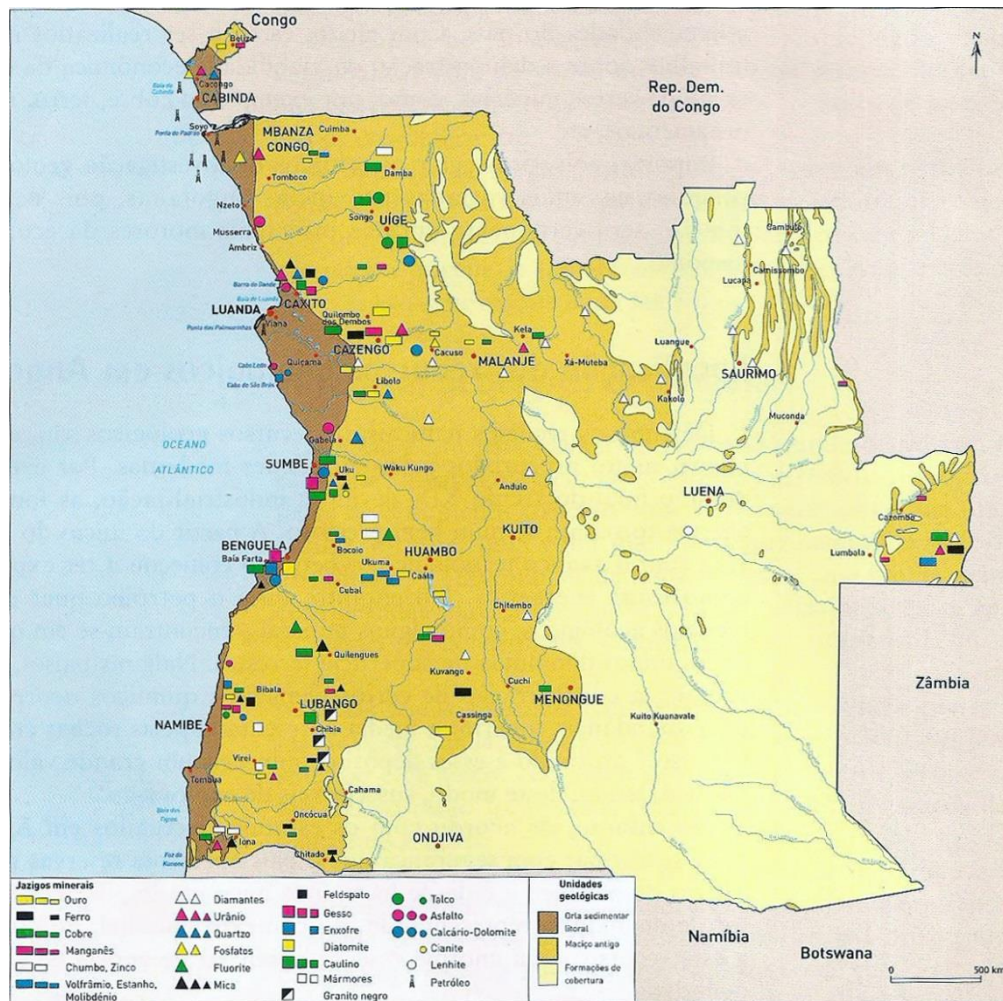
ímpeto de ação e a flexibilização do projeto regional (aceitação do *linkage* e maior diálogo com ocidente)” (CASTELLANO, 2015, p. 154).

Quanto à economia, a deflagração da Guerra Civil em 1975 foi acompanhada pela saída em massa da comunidade portuguesa residente em Angola, contabilizando por volta de 340.000 pessoas ou 5% do total da população angolana na época. Devido à falta de interesse do regime colonial em investir na educação dos africanos, a partida dos portugueses significou a perda de grande parte dos administradores e pessoas com conhecimento técnico qualificado. Diante disso, com o fechamento de milhares de pequenos negócios e fazendas comerciais, bem como pela falta de recursos humanos, uma grande crise econômica nasceu junto com o país recém-independente (HODGES, 2004).

O MPLA herdou um país com grande potencial econômico, composto por uma incomum riqueza e diversidade de recursos materiais, destacando-se a grande quantidade de petróleo, bem como de diamantes e minérios de ferro⁵² aptos a comercialização. Ademais, o país possuía condições de solo e climáticas propícias para o cultivo de uma ampla gama de culturas, além de um “[...] significativo potencial hidrelétrico, uma próspera indústria de café, um setor manufatureiro – razoavelmente grande – orientado para o consumo interno, um setor de produção alimentício estável, e um sistema rodoviário e ferroviário mais ou menos adequado” (VISENTINI, 2012, p. 68).

⁵² De acordo com Visentini (2012), os depósitos de minério de ferro “estavam localizados nas províncias de Huambo, Bié e Malanje, sendo que o principal centro minerador era Cassinga no sul de Angola” (VISENTINI, 2012, p. 72).

Mapa 5 – Mapa de recursos minerais explorados em Angola



Fonte: <http://ciencias-geologia.blogspot.com.br/2013/05/mapa-de-recursos-geologicos-de-angola.html>

Entretanto, os problemas econômicos decorrentes do colonialismo e dos conflitos subsequentes não possibilitaram o bom uso desses recursos, tornando o Estado angolano bastante dependente da exportação de petróleo. Sendo assim, era necessária a reconstrução da economia angolana.

Ainda que o governo tenha priorizado a produção industrial como vetor para construção do socialismo, o setor não avançou muito devido à falta de capital (desviado para a defesa), à escassez de mão de obra qualificada, à falta de peças de reposição e insumos e aos efeitos desestabilizadores provocados pela sabotagem da África do Sul e da Unita, além da própria incapacidade gerencial (VISENTINI, 2012, p. 73).

Desse modo, o petróleo foi a alternativa encontrada para sustentar o Estado e a Guerra Civil. Concentradas no litoral, as principais áreas de exploração eram o enclave de Cabinda e a região da costa norte angolana. Logo após a independência, o MPLA criou a Comissão

Nacional para a Reestruturação do Setor Petrolífero com o objetivo de gerenciar a transição administrativa do setor petrolífero. Entre as primeiras ações da Comissão estavam o retorno da *Cabinda Gulf Oil Company* (CABGOC)⁵³, responsável pela maior parte da produção de petróleo em Angola desde 1957, bem como encorajar o retorno da Texaco e da Petrofina. Nota-se que, apesar do projeto nacionalista ser caracterizado pela forte presença do Estado na economia, a cooperação bem sucedida entre as multinacionais petrolíferas e o Estado angolano não tinha uma previsão de término, devido a grande necessidade de mão de obra qualificada – ausente no território angolano.

Destarte, a única exceção foi a criação da única empresa estatal de petróleo, a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), em junho de 1976, atuando como agente reguladora do setor e como fonte de arrecadação de fundos para o governo angolano. No entanto, diferentemente dos outros setores que seguiram os rumos do planejamento central, a transição do setor petrolífero ocorreu de modo similar a dos países conservadores francófonos, mantendo a continuidade das estruturas coloniais. Dessa forma, a administração da Sonangol entendia que era necessário se distanciar dos apoios externos do contexto da Guerra Civil e caminhar por conta própria, a fim de angariar investimentos de outras economias. Além disso, consciente da complexidade do setor e do cenário de adversidades em Angola, a Sonangol buscou priorizar a negociação contratual com as empresas petrolíferas, as quais ficavam responsáveis pela exploração e produção (OLIVEIRA, 2007).

Cabe salientar que com a independência, o MPLA criou a primeira unidade monetária nacional, o Kwanza⁵⁴, substituindo o Escudo colonial, bem como promoveu a nacionalização do Banco de Angola e tomou o Banco Comercial de Angola – principal banco comercial –, passando a ser chamado de Banco Popular de Angola. Essa situação fez com que o Estado controlasse 85% das operações bancárias do país africano. Ademais, em finais de 1978, o governo controlava “51% da indústria de petróleo (através da Sonangol), 61% da indústria de mineração de diamantes (através da Diamang, que foi nacionalizada) e 100% da indústria têxtil” (VISENTINI, 2012, p. 69).

⁵³ Em português Companhia de Petróleo do Golfo de Cabinda. A companhia saiu de Angola no início da em Guerra Civil 1975, retornando em 1976 e reconhecendo o governo do MPLA – mesmo com a oposição dos EUA –, a partir das ações desenvolvidas pela Comissão Nacional para a Reestruturação do Setor Petrolífero (OLIVEIRA, 2007).

⁵⁴ As primeiras cédulas foram emitidas em 1977, iniciando-se a troca da moeda em todo o território nacional, em que 1 Kwanza equivalia a 1 escudo angolano. Nessa época, a taxa de câmbio era de 30.214 Kwanzas por Dólar americano (ABANC, s.d.).

Inicialmente, o órgão supremo do Estado não era um Parlamento, mas sim o Conselho da Revolução, composto por membros nomeados do partido. Em 1980, esse Conselho foi substituído por um órgão legislativo intitulado Assembleia do Povo, eleita indiretamente pelo partido único, o qual, no entanto, não desempenhou um papel substantivo, reunindo-se apenas para sancionar as decisões já tomadas dentro das instâncias administrativas do partido – o Comitê Central e o Bureau Político. Contribuindo para a centralidade do presidente, em 1984, foi criado o Conselho de Defesa e Segurança, liderado pelo presidente e o qual tornou-se efetivamente o órgão de decisão máxima do Estado (HODGES, 2004).

Em meados de 1980, em prol da sobrevivência do Estado, o ideal do marxismo-leninismo começou a ser abandonado, tendo em vista as “reduzidas capacidades do Estado e da sociedade e por diferentes pressões internas e externas” (CASTELLANO, 2015, p. 143). Nesse período, o sistema internacional vivenciou uma Nova Guerra Fria, principalmente a partir da ascensão de Reagan ao poder dos EUA. A corrida armamentista engendrada pelos EUA, passou pela nova geração de mísseis e pela militarização do espaço (projeto *guerra nas estrelas*), o que a colocou numa posição de superioridade em relação a URSS.

Ao mesmo tempo, a corrida armamentista abalaria a economia soviética, obrigando a URSS, já debilitada pelo aumento dos gastos militares e pelo embargo comercial dos EUA e seus aliados, a limitar o apoio às revoluções do Terceiro Mundo, como contrapartida para uma redução da pressão militar americana contra si (VISENTINI, 2011, p. 127).

Concomitantemente, a crise mundial iniciada em 1970, deu lugar, nos anos 1980 aos planos econômicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. (HODGES, 2004).

[...] a crise da dívida externa, motivada pelo elevado aumento das taxas de juro pela administração Reagan, bem como a financeirização da economia mundial, acabaram por derrubar as economias africanas, já desgastadas pelo acelerado crescimento demográfico, pelos desequilíbrios produtivos, sociais e ecológicos, bem como pelos conflitos armados e pela incompetência e corrupção da maior parte das elites. Para completar o quadro, o diálogo Norte-Sul e as posturas reformistas e assistencialistas nas relações internacionais foram abandonados, num clima de crescente afirmação dos postulados neoliberais (VISENTINI, 2011, p. 148).

No âmbito interno, a balança comercial angolana vivenciou graves desequilíbrios, os quais estavam relacionados à queda do preço do petróleo nos mercados internacionais, principalmente entre 1985 e 1986, levando o país a solicitar empréstimos dos bancos ocidentais, vinculando-os à produção futura de petróleo (OLIVEIRA, 2007). Apesar da

situação ter sido reajustada com o aumento da produção e exportação desse setor, isso levou ao aumento das importações de alimentos de forma a compensar as interrupções da guerra nos setores da agricultura e indústria, fazendo com que o mercado interno perdesse força e se tornasse cada vez mais dependente das importações (HODGES, 2004).

Colaborando para essa conjuntura, a intensificação e o alastramento da Guerra Civil pelo território angolano, aumentaram os gastos com Defesa. Ao mesmo tempo, os investimentos em serviços sociais tiveram uma significativa diminuição, uma vez que a expansão da Guerra e os meios utilizados para implementação da economia centralizada dificultaram a oferta de serviços básicos oferecidos pelo Estado, sofrendo uma grande queda na qualidade e na quantidade dos serviços ofertados. Paralelamente, a ascensão de uma elite pós-colonial originada do período colonial e sustentada pela participação mais ativa na política e nas burocracias do Estado, resultava no aumento da estratificação e das desigualdades sociais (HODGES, 2004).

Em linhas gerais, pode-se avaliar que o projeto de construção do Estado angolano, sob o ponto de vista de uma economia centralizada, repercutiu de forma distinta ao que o MPLA-PT pretendia, levando a mudança de postura política-ideológica. De acordo com Messiant (2007), “a chave para essa transição foi a maneira pela qual as mudanças econômicas foram introduzidas dentro de um Estado de partido único, o qual não aplicou a associação entre processo de liberalização e sistema politicamente competitivo” (MESSIANT *apud* HÖRING, 2015, p. 81).

Nesse contexto, no Segundo Congresso do MPLA-PT em dezembro de 1985, reconheceu-se que o sistema vigente não estava funcionando e que era necessário abrir espaço para a liberalização econômica. Assim, a transição para a economia de mercado e para o sistema multipartidário iniciou-se com a instauração do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), em 1987, o qual era um pacote de recuperação econômica que buscava o “incentivo as pequenas empresas privadas em todas as esferas da vida econômica, incentivos ao investimento estrangeiro (especialmente da Europa Ocidental), a restrição da burocracia do Estado e a adoção de um sistema de preços e salários baseados no mercado” (PAZZANITA, 1991, p. 97, tradução nossa)⁵⁵. Ademais, Angola anunciou a intenção de se tornar membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e estar disposta a adotar as rigorosas medidas dos

⁵⁵ Texto original: “encouragement of small-scale private enterprise in all spheres of economic life, incentives to foreign investment (especially from Western Europe), the pruning of the state's centralised bureaucratic underbrush, and the adoption of a market-based pricing and wage system” (PAZZANITA, 1991, p. 97).

programas de estabilização econômica, o que distanciava dos ideais do marxismo-leninismo vigentes no Estado (PAZZANITA, 1991).

Entretanto, mais do que um pacote econômico, o SEF possuía um posicionamento político em relação à União Soviética. A ascensão de Gorbachev e o estabelecimento da *perestroika* – projeto de reestruturação econômica implementado na URSS –, refletiram o afastamento gradual da União Soviética em relação aos outros países de cunho comunista. Desse modo, o SEF foi um dos meios utilizados por Angola para manter ativas as relações com a URSS, demonstrando a sua importância e o seu compromisso em acompanhar as mudanças engendradas pelo bloco socialista.

Essas reformas implementadas pelo governo em meados de 1980, contribuíram para um aumento relevante na democratização da vida política e abriram espaço para o aprimoramento do setor privado e da sociedade civil, que no período anterior tinham sido fortemente limitados. No entanto, conforme Francisco (2013), “[...] a redução do papel do Estado foi, no entanto, acompanhada por um **enfraquecimento da capacidade estatal para desempenhar as suas funções fundamentais** para além da defesa, que continuou a ser prioritária na atribuição de recursos” (FRANCISCO, 2013, p. 112, **grifo nosso**).

Diante disso, em um contexto de crise econômica e de fracasso nos programas sociais, aliado a emergência de novas classes de interesse, bem como da centralização do poder em torno do Presidente Eduardo dos Santos, o regime passou a caminhar em direção a abertura econômica. Ao mesmo tempo, o fim da Guerra Fria e o conseqüente cessamento do apoio da URSS ao MPLA, apresentaram uma nova conjuntura para o governo angolano, o qual caminhou para o processo de liberalização política, aproximando-se do Ocidente, bem como buscando estabelecer a paz com a UNITA (HODGES, 2004).

4.3 O SISTEMA MULTIPARTIDÁRIO E OS ACORDOS DE BICESSE (1991-1992)

A transição democrática em Angola ocorreu em um contexto de fim da Guerra Fria em que as potências, a partir das reformulações do Sistema Internacional e regional, reavaliaram a sua participação no continente africano. O fim do conflito Leste-Oeste, exacerbado pelo desmantelamento e desaparecimento da URSS, fizeram com que o continente africano perdesse a importância estratégica e econômica existente no período anterior, “resultando em uma maior **marginalização** da África no sistema internacional, bem como a **desestrategização** e **tribalização** dos conflitos e da política regional” (VISETINI, 2010, p. 158, **grifo do autor**).

É importante ressaltar que a tentativa de reconciliação entre o MPLA e a UNITA tinha interesses particulares. Enquanto para o primeiro, a permanência no governo era essencial, para o segundo, a conquista do poder a partir das eleições garantia a sua legitimidade. Além disso, era evidente que ambas as organizações tinham capacidade para dar continuidade a Guerra Civil sem o apoio militar das forças externas, todavia nenhum tinha força suficiente para derrotar o oponente (HÖRING, 2015).

Nesse contexto, esses eventos contribuíram para que o MPLA iniciasse a transição do regime político e abrisse o diálogo com a UNITA. Após as negociações infrutíferas⁵⁶ promovidas por Mobutu em 1989, na cidade de Gbadolite, Zaire, o governo português, por meio do Secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros, José Durao Barroso, promoveu um encontro entre o MPLA e a UNITA na cidade de Évora entre os dias 24 e 25 de abril de 1990, dando início a uma série de negociações ao longo do ano. Em ocasião da quarta rodada de negociações, em que estavam presentes os Estados Unidos e a URSS contribuindo com seu peso internacional, as partes envolvidas concordaram na *Triple Zero Option*, a qual consistia no fim do auxílio militar para a UNITA e o MPLA, assim que fosse estabelecido um cessar-fogo e um calendário para as eleições fosse negociado (PYCROFT, 1994; VALENTIM, 2011).

Apesar das negociações ocorrerem sob supervisão internacional, era necessário que Angola promovesse algumas mudanças por conta própria. Desse modo, apesar de ter indicado o declínio do marxismo-leninismo, em 1988, nos acordos de Nova York, no Terceiro Congresso do MPLA, em dezembro de 1990, é que o partido oficializou a substituição do socialismo, bem como sinalizou a mudança para o sistema multipartidário, a garantia das liberdades básicas por meio de uma nova constituição e a necessidade de uma economia de mercado (PYCROFT, 1994). Assim, em maio de 1991 o MPLA promoveu a revisão constitucional da Lei 12/91, estabelecendo

[...] um Estado democrático baseado no Estado de Direito e no respeito pelos Direitos Humanos, e introduziu um sistema político multipartidário. A revisão constitucional foi acompanhada, no mesmo mês, por novas leis sobre associações (lei 14/91), partidos políticos (lei 15/91), direito de reunião (lei 16/91), imprensa (lei 25/91) e o direito de greve (lei 23/91). Outras leis em abril de 1992 estabeleceram um novo sistema eleitoral, permitiram a criação de uma estação de rádio privada, estabeleceram um Conselho Nacional da Comunicação Social e facilitaram os

⁵⁶ Chamada de “opção Gbadolite”, o evento foi uma tentativa do Presidente Mobutu em negociar um cessar-fogo entre a UNITA e o MPLA. A intenção do presidente Mobutu em promover a negociação estava a necessidade de aumentar a sua importância com os EUA, mostrando-se como um mediador regional. Apesar das partes terem assinado um acordo, a decisão foi quebrada com ambos os lados reclamando diferentes interpretações (PYCROFT, 1994).

requisitos para o registro de partidos políticos e, uma segunda lei constitucional de revisão em setembro de 1992 fez mudanças adicionais, incluindo disposições para descentralização e eleição de governos locais. Também mudou o nome do país de República Popular de Angola para, a menos ideologicamente carregada, República de Angola (HODGES, 2004, p.55, tradução nossa)⁵⁷.

Atingido as mudanças necessárias por ambas as partes no processo de negociação, o MPLA e a UNITA ratificaram o Acordo de Bicesse em maio de 1991, em Bicesse, Portugal, sendo a base para as eleições em 1992. A partir do acordo, ficou decidido que a UNITA concederia o controle de todo o território para o MPLA, permitindo o registro eleitoral para as eleições. Além disso, os dois braços militares dos movimentos deveriam parar suas atividades até 01 de agosto de 1991 e integrar uma força de defesa conjunta, e as eleições seriam realizadas em setembro de 1992 com pelo menos 30 países envolvidos no monitoramento do pleito eleitoral (PYCROFT, 1994).

A participação da ONU, a pedido do governo angolano, se deu por meio da Resolução 696 aprovada pelo Conselho de Segurança em maio de 1991, criando o mandato da UNAVEM II, com o objetivo de participar da implementação dos acordos de paz, monitorar as várias Comissões Conjuntas estabelecidas nos Acordos de Nova York e arbitrar em caso de violação do cessar-fogo. Apesar de a missão ter a responsabilidade de observar as eleições, a partir da ampliação do mandato da UNAVEM II em 1992, esse objetivo era difícil de ser contemplado em sua totalidade, uma vez que a equipe de 200 observadores da ONU era insuficiente para monitorar as 5.820 estações de voto em todo o território angolano, o que abriu espaço para futuras acusações de fraude eleitoral (PYCROFT, 1994).

Desfrutando de um período de relativa paz – com apenas alguns conflitos isolados –, e como previsto nos Acordos de Bicesse, as eleições ocorreram em setembro de 1992 e foram consideradas livres e pacíficas de acordo com os observadores da ONU. Contudo,

Na semana seguinte, quando o Conselho Nacional Eleitoral anunciou os resultados provisórios, o clima do país mudou. Os resultados indicaram que a UNITA foi batida convincentemente pelo MPLA, com Savimbi também perdendo a eleição presidencial ao presidente Dos Santos. O resultado eleitoral final deu à UNITA 70 cadeiras na assembleia eleita (44 lugares a nível nacional e 26 lugares a nível provincial). O MPLA obteve 70 cadeiras a nível nacional e 59 lugares a nível

⁵⁷ Texto original: “a democratic state based on the rule of law and respect for human rights, and introduced a multi-party political system. The constitutional revision was accompanied, in the same month, by new laws on associations (law 14/91), political parties (law 15/91), the right of assembly (law 16/91), the press (law 25/91) and the right to strike (law 23/91). Further laws in April 1992 established a new electoral system, permitted the establishment of private radio station, set up a National Press Council (Conselho Nacional da Comunicação Social) and eased the requirements for registering political parties, and a second constitutional revision law in September 1992 made additional changes, including provisions for decentralization and elected local government. It also changed the country’s name from People’s Republic of Angola to the less ideologically charged Republic of Angola” (HODGES, 2004, p. 55).

provincial – um total de 129 cadeiras parlamentares. Os restantes 21 lugares foram divididos entre dez pequenos partidos, incluindo a Frente de Libertação Nacional de Angola de Holden Roberto (FNLA). Na disputa presidencial, nem Dos Santos nem Savimbi ganharam os 50% (mais 1) do voto exigido para a vitória absoluta. O Sr. Dos Santos ganhou quase dois milhões de votos, ou 49,57%, enquanto Savimbi garantiu pouco mais de 1,5 milhão de votos, ou 40,07% (PYCROFT, 1994, p. 252, tradução nossa)⁵⁸.

Apesar da forma que se processaram os acontecimentos, em que os resultados foram apurados em uma situação complexa, as eleições de 1992 constituíram um marco histórico em Angola. Ao mesmo tempo em que representava o fim de um regime político, o pleito eleitoral também abriu espaço para uma nova fase no contexto político da história de Angola, sendo um passo importante para a construção do Estado angolano. No entanto, o período pós-eleições produziu outras situações de crises militares e políticas que perturbaram o país africano. Sem conseguir um entendimento, a Guerra Civil angolana recomeçou, alastrando-se por todo país e tendo seu fim definitivo apenas em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA.

Diante do exposto, ao longo do capítulo, buscou-se observar o processo de disputa pelo poder entre os movimentos políticos, principalmente a UNITA e o MPLA, em um contexto de Guerra Civil, no qual as ingerências externas acentuaram as rivalidades e contribuíram para o prolongamento do conflito. Ademais, buscou-se analisar a trajetória do MPLA, o qual deixou de ser um movimento nacionalista para tornar-se um partido político, atuando na direção de um Estado recém-independente. Ao herdar um país com diversas mazelas e adversidades, o MPLA tentou forjar a unidade nacional a partir do marxismo-leninismo, o qual, no entanto, não foi suficiente para sustentar a crise econômica e a conjuntura política e social em nível nacional. Desse modo, o MPLA teve de abrir mão do seu projeto inicial, promovendo uma liberalização econômica e uma abertura política, a qual propiciou a mudança do sistema político para o multipartidarismo e assinalou a primeira tentativa real de por fim ao conflito entre os movimentos políticos angolanos.

⁵⁸ Texto original: “By the following week, as the National Electoral Council announced provisional results, the mood of the country changed. The results indicated that UNITA was being convincingly beaten by the MPLA, with Savimbi also losing the presidential election to President Dos Santos. The final election result gave UNITA 70 seats in the elected assembly (44 seats at national level, and 26 seats at provincial level). The MPLA won 70 seats at national level, and 59 seats at provincial level - a total of 129 parliamentary seats. The remaining 21 seats were divided between ten small parties, including Holden Roberto's Angola National Liberation Front (FNLA). In the Presidential contest, neither Dos Santos nor Savimbi won the 50 per cent (plus 1) of the vote required for outright victory. Mr Dos Santos won almost two million votes, or 49.57 per cent, while Savimbi secured just over 1.5 million votes, or 40.07 per cent of the vote” (PYCROFT, 1994, p 252).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Estado angolano e das suas instituições perpassa o contexto de luta pela independência e, posteriormente de Guerra Civil, sendo indispensável compreender a participação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), uma vez que o mesmo está no controle da administração do Estado desde a independência até os dias atuais, marcando mais de três décadas de permanência no poder. Nesse sentido, a problematização da pesquisa esteve centrada no questionamento de quais as consequências da transformação do MPLA em partido político para a construção do Estado angolano. A fim de responder essa problemática, a pesquisa buscou fazer um resgate da história do MPLA desde a sua gênese em 1956 até o momento em que o sistema político angolano se torna multipartidário em 1992.

Em um primeiro momento, a pesquisa se propôs a analisar a formação do MPLA, considerando a atuação do Estado português, o qual, guiado por aspirações imperialistas de uma nação com vocação civilizatória, projetou sua política colonial tardiamente, sem realizar um processo de industrialização no território, mantendo sua dependência aos recursos minerais parasitária, além de rejeitar qualquer manifestação de cunho político, social ou cultural de matriz angolana. Ademais, a colonização, ao impor as características de um Estado sob os moldes westfalianos, promoveu o desmantelamento das sociedades e organizações políticas tradicionais, formando uma elite angolana, a qual teve reflexo nas rivalidades político-sociais e na ausência de um projeto nacional conciliador em um período em que grande parte da população tinha um objetivo comum, a independência.

Nesse contexto, a intransigência do colonialismo português, estimulou o surgimento, mesmo que muitas vezes clandestino e indireto, das primeiras manifestações nacionalistas a partir da literatura, dos jornais e da cultura. Essas manifestações refletiram a existência da ideia de um povo, de uma terra comum, do público e do bem-estar público, ou seja, caracterizavam a existência de um ideal de nação.

Na sequência, a intensificação da natureza autoritária do regime ditatorial português, aliada à negação da representação política em Angola, propiciaram a institucionalização dessas manifestações com o desenvolvimento de movimentos nacionalistas, os quais buscavam, de acordo com Sousa Júnior (2013, p. 26), “a autodeterminação numa lógica de desobediência relativamente ao poder que consideram imoral”, nesse caso específico a autonomia angolana frente ao poder colonial exercido por Portugal. Nesse cenário, a criação da UPA e do MPLA foi essencial para disseminar um projeto nacionalizante e angariar o apoio externo para a luta de libertação.

No segundo capítulo, apresentam-se os condicionantes da Guerra de Independência. Diante da resistência na concessão da autonomia reivindicada pelos movimentos de libertação, teve início a luta armada pela independência de Angola, sendo os acontecimentos de 04 de fevereiro e 15 de março de 1961, as primeiras revoltas armadas no território angolano. Nesse período, as clivagens políticas se resumiram entre o MPLA, a UPA/FNLA e a UNITA, as quais, devido à diferenças político-ideológicas, inviabilizaram a formulação de um projeto conciliatório para a luta de libertação.

A queda do Estado Novo português a partir da Revolução dos Cravos, engendrada pelos militares portugueses em 1974, condicionou o processo de independência nos territórios alémmar. Esse acontecimento propiciou o momento para que os três movimentos de libertação entrassem em negociação com o governo de Portugal para a concessão da autonomia do território africano. Os anseios se materializaram no Acordo de Alvor assinado entre Portugal, o MPLA, a FNLA e UNITA, vinculando as partes envolvidas nas regras e procedimentos do processo de independência. No entanto, a transformação de Angola em uma arena do conflito Leste-Oeste da Guerra Fria assinalou o fim do Acordo, dando lugar à disputa entre os movimentos pelo poder de Angola e à continuidade da guerra no período pós-independência. Cabe salientar que, ao longo do surgimento dos movimentos nacionalistas, o MPLA tinha um projeto político bem definido para orientar a luta de libertação nacional e as linhas administrativas que deviam ser implementadas, visando a consolidação da independência de Angola. Nesse cenário, o MPLA, apresentando uma posição vantajosa – uma vez que também controlava a faixa costeira e a capital, bem como tinha maior influência entre a sociedade angolana –, expulsou os outros movimentos de Luanda e declarou unilateralmente a independência da República Popular de Angola em 11 de novembro de 1975.

Por fim, no último capítulo busca-se discorrer sobre a trajetória do MPLA na administração do Estado recém-independente. O período pós-independência vivenciou o início da construção do Estado angolano em um cenário de Guerra Civil entre os três movimentos de libertação. Nesta conjuntura, as agendas dos movimentos nacionalistas já apresentavam-se muito particulares e as rivalidades existentes superavam os interesses de aproximação. Essas rivalidades eram reforçadas pelos alinhamentos externos, sendo a FLNA e, posteriormente, a UNITA apoiadas financeiramente pelos Estados Unidos e, por sua vez, a União Soviética e Cuba apoiavam e enviavam recursos ao MPLA. Ademais, existia uma forte parceria entre a África do Sul e a UNITA.

Ao ascender ao poder em 1975, o MPLA herdou um país dividido, produto dos antagonismos criados pelo colonialismo português para manter o poder sob o controle dos

colonos brancos em Angola e intensificados pelo embate entre os movimentos nacionalistas durante a Guerra Civil. Além disso, estavam presentes a divisão entre o urbano, com padrões de vida mais elevados, e o rural, a maior parte da população angolana; os diferentes níveis educacionais; e uma população dividida entre os africanos indígenas, os brancos, os mestiços e os assimilados. Além disso, a deflagração da Guerra Civil em 1975 foi acompanhada pela saída em massa da comunidade portuguesa, a qual significou a perda de grande parte dos seus quadros técnicos e administrativos, levando ao fechamento de milhares de iniciativas privadas, produzindo uma grande crise econômica no país recém-independente.

Na tentativa de manter uma unidade nacional, o MPLA utilizou-se do marxismo-leninismo como política ideológica, guiando suas decisões. Assim, aliado à ideia de um Estado centralizado, possibilitou a organização das funções públicas de forma que auxiliou a atuação do Estado em diversas frentes, desde as funções básicas até o controle sobre a economia, refletindo na nacionalização dos bancos presentes no território angolano, bem como das empresas de mineiração. A exceção foi o setor petrolífero com a criação de uma única empresa estatal no setor, a Sonangol, que, ao contrário das outras áreas, não participou do planejamento central, mantendo a estrutura colonial.

No contexto de divisões étnicas e sociopolíticas, o Estado buscou promover políticas de cunho social, como as associações dos trabalhadores, mulheres, jovens e crianças. Ao mesmo tempo, apesar de o MPLA tentar ir além das divisões étnicas e estabelecer uma nação comum, o sistema monopartidário e a consequente participação política restrita às condições do Estado, acabou exacerbando as diferenças.

Em meados de 1980, no entanto, o MPLA promoveu modificações na sua estrutura político-ideológica iniciando um processo de liberalização econômica, o qual foi resultado da maneira que as mudanças foram introduzidas no país recém-independente de partido único, o qual não aplicou a associação entre o processo de liberalização e sistema politicamente competitivo (MESSIANT, 1994). Entre os motivos para o regime caminhar em direção a abertura econômica estão o contexto de crise econômica e de fracasso nos programas sociais, aliado à emergência de novas classes de interesse, bem como da centralização do poder em torno do Presidente Eduardo dos Santos.

Ao mesmo tempo, a nova conjuntura imposta pelo fim da Guerra Fria e pelo cessamento do apoio da URSS ao MPLA, fez com o que o governo angolano caminhasse para o processo de liberalização política, aproximando-se do Ocidente, bem como buscando estabelecer a paz com a UNITA. Nesse cenário, as novas conversações de paz entre o governo do MPLA e a UNITA, culminaram na assinatura dos acordos de paz de Bicesse em 1991,

pondo fim a um longo período de agitação política em Angola e promovendo a mudança do Estado para o sistema multipartidário, em que as liberdades políticas foram gradativamente concedidas e vivenciadas.

Desse modo, ao longo do trabalho, percebe-se que a transformação do MPLA em partido político teve diversas consequências para a construção do Estado angolano. Ao assumir o governo de Angola em novembro de 1975, o MPLA, na figura do presidente Agostinho Neto, auxiliou na organização do Estado, das funções e estruturas públicas, buscando, diferentemente do período anterior, aglutinar e tornar eficaz a administração estatal. Nessa conjuntura, a base político-ideológica do marxismo-leninismo foi essencial para estabelecer os princípios norteadores do Estado enquanto instituição máxima do poder angolano, bem como para construir as políticas de cunho social tão necessárias no cenário herdado do pós-independência. Além disso, a associação com o bloco socialista possibilitou o estabelecimento de relações externas privilegiadas, tipificando a inserção do país no sistema internacional, a partir de uma noção muito clara das relações Leste-Oeste.

Ao mesmo tempo, compreende-se que o MPLA, ao fixar-se no poder de Angola desde 1975, influenciou a continuidade da Guerra Civil até 1992 – período no qual houve a primeira tentativa real de por fim ao conflito –, tendo em vista que os demais movimentos de libertação (UNITA e FNLA) mantiveram o confronto com o partido no governo. Ademais, o MPLA acabou por moldar o Estado angolano à sua maneira, uma vez que vigorava o sistema monopartidário até 1992. Diante disso, com base no exposto pela investigação, a hipótese traçada pela presente pesquisa foi confirmada.

Entretanto, embora se confirme a hipótese inicial, é importante ressaltar que ela não está completa, devendo ser considerada a ideia de que a principal contribuição da mudança do MPLA, de um movimento nacionalista para um partido político, está centrada em torno do ideal do marxismo-leninismo enquanto base ideológica que guiou o partido nos primeiros anos sob a administração do Estado angolano.

A partir dessas considerações, percebe-se a relevância do estudo do Estado angolano associado à trajetória do MPLA, uma vez que ambos caminham juntos desde a criação do país, sendo, muitas vezes, as ações do Estado um reflexo das ações do partido. A compreensão desses fatores é essencial para entender a conjuntura atual de Angola, a qual se estabelece como um dos países mais importantes da África Austral e do continente africano como um todo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO ANGOLANA DE BANCOS (ABANC). **História do Kwanza**. ABANC. Disponível em: <<http://www.abanc.ao/sistema-financeiro/evolucao-historica/historia-do-kwanza/>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BENDER, Gerald. Angola, the Cubans, and American Anxieties. **Foreign Policy**, Washington, n. 31 (Summer, 1978), p. 3-30. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1148141>>. Acesso em: 07 out. 2016.

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. In: BOAHEN, A. A. (Ed.) **História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935 – Volume VII**. 2º Ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 353-375.

BITTENCOURT, Marcelo. A Criação do MPLA. **Estudos Afro-Ásiáticos**, Rio de Janeiro, n. 32, 1997, p. 185-208

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13º ed., 5º reimpressão, 2010.

CAHEN, Michel. Lutte d'émancipation anticoloniale ou mouvement de libération nationale ? processus historique et discours idéologique: le cas des colonies portugaises, et du Mozambique en particulier. **Revue historique**, n. 637, p. 113-138, 2006/1. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-historique-2006-1-page-113.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

CAPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)**. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais), Universidade Católica Portuguesa, 2013, 333 p. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13435>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

CASTELLANO, Igor. Política externa regional de Angola: mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 4, n. 7, p. 139-172, Jan./Jun. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/57106/35247>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). The World Factbook: **Angola**. 25/08/2016. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>>. Acesso em: 14 set. 2016.

CHABAL, Patrick. **Power in Africa**: an essay in political interpretation. New York: St. Martin's Press, 1994.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and The International System**: The Politics of State Survival. Cambridge University Press. Cap. 01, p. 3-27.

DAVIDSON, Basil. Angola in the Tenth Year: A Report and an Analysis, May-July 1970. **African Affairs**, Oxford University Press, Vol. 70, n. 278 (Jan., 1971), p. 37-49. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/720155>>. Acesso em: 23 out. 2016.

_____. Portuguese colonial values. In: FERREIRA, Eduardo de S. **Portuguese colonialism in Africa**: the end of an era. Paris: The Unesco Press, 1974.

DUNNE, Tim; SCHMIDT, Brian, C. Realism. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve. **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. New York: Oxford, 2001. Cap. 7. Disponível em: <<https://www.academia.edu/370014/Realism>>. Acesso em: 18 out. 2016.

FEIJÓ, Bruna B. **Independência ou Revolução?** Uma análise do processo de independência de Angola a partir da sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria (1961-1975). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, 67 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/36933>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

FRANCISCO, Alberto A. C. **A Política Externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, 2013, 129 p. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14727>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

FREUDENTHAL, Aida. A Baixa de Cassanje: algodão e revolta. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, nº 18-22, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, Lisboa, 1995/1999, p. 245- 283.

GLEIJESES, Piero. Moscow's Proxy? Cuba and Africa 1975-1988. **Journal of Cold War Studies**, v. 8, n. 2, p. 3-51, 2006. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/204619>>. Acesso em: 20 out. 2016.

GONÇALVES, Antônio C. Identidades Culturais e Emergência do Nacionalismo Angolano (1885-1930). **Africana Studio**, Centro de Estudos Africanos, FLUP, nº 2, 1999, p. 47-60.

GONÇALVES, José. O Descontínuo Processo de Desenvolvimento Democrático em Angola. **Centro de Estudos Africanos**. n. 10, p. 1-36, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/3827>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

HALLET, Robin. The South African Intervention in Angola, 1975-76. **African Affairs**, Oxford, v. 77, n. 308 (Jul., 1978), p 347-386. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/721839>>. Acesso em: 13 out. 2016.

HERNANDEZ, Leila L. **A África na Sala de Aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Ed. Summus, 2005.

HODGES, Tony. **Angola**: anatomy of an oil state. 2ª. ed. Oxford: James Currey, 2004.

HÖRING, Jéssica da S. **Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola**: trajetória política, guerra civil e impactos sobre a construção do Estado (1975-2002). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, 99 p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140501>>. Acesso em: 30 out. 2016.

JORGE, Manuel. **Para Compreender Angola**: da política à economia. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

KAGIBANGA, Victor. A Questão da Ruptura e da Continuidade (Proto)Nacionalista na Obra de Mário Pinto de Andrade. **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo, n. 20-21, p. 285-303, 1997/1998.

LAINS, Pedro. Causas do Colonialismo Português em África (1822-1975). **Análise Social**, vol. XXXIII (146-147), 1998 (2.º-3.º), p. 463-496.

MACQUEEN, Norrie. Peacekeeping by attrition: the United Nations in Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 36, n. 03, p. 399-422, 1998.

MALAQUIAS, Assis. Ethnicity and Conflict in Angola: prospects for reconciliation. In: CILLIERS, Jakkie; DIETRICH, Christian. **Angola's War Economy**: the role of oil and diamonds. Pretoria: Institute for Security Studies, 2000.

MARQUEZ, Gabriel G. **Operation Carlota**. New Left Review I/101-102, January-April 1977. Disponível em: <<http://www.newleftreview.org/?page=article&view=945>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

MESSIANT, Christine. Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition – I – De la guerre à la paix (1975-1991): le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais. **Lusotopie**, p. 155-210, 1994.

MOITA, Luis. Elementos para um Balanço da Descolonização Portuguesa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 15/16/17, Lisboa, maio 1985, p. 500-509.

NETO, Maria da C. A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o «indigenato». **Ler História**, n. 59, 2010, p. 205-225.

OLIVEIRA, Ricardo S. de. Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol. **The Journal of Modern African Studies**, v. 45, n. 4, p. 595-619, 2007.

PAZZANITA, Anthony G. The conflict resolution process in Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 29, n. 1, p. 83-114, 1991.

PEIXOTO, Carolina B. T. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009_Carolina_Barros_Tavares_Peixoto-S.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

PINTO, João A. da C. Gilberto Freyre e a *intelligentsia* salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974). **História**, São Paulo, v. 28, n. 1, 2009, p. 445-482. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/his/v28n1/16.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

PINTO, João P. H. **Nascimento, Vida e Morte de um Homem Novo: caminhos para a construção da identidade nacional angolana (1962 a 1992)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/pinto-joao-nascimento-vida-e-morte-de-um-homem-novo-caminhos-para-construcao-do-nacionalismo-angolano>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

PINTO, Tatiana P. L. **Etnicidade e racismo em Angola: da luta de libertação ao pleito eleitoral de 1992**. Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/pinto-tatiana-etnicidade-e-racismo-em-angola-da-luta-de-libertacao-ao-pleito-eleitoral-de-1992>>. Acesso em: 01 out. 2016.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

PYCROFT, Christopher. Angola – “The Forgotten Tragedy”. **Journal of Southern African Studies**, v. 20, n. 2, p. 241-262, 1994.

RIZZI, Kamilla R. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP**. 1ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2014.

_____. **Relações Brasil-Angola no pós-guerra fria: os condicionantes internos e a via multilateral**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, 134 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/7721>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SANTOS, Gustavo P. dos. Angola: towards supremacy in sub-Saharan Africa?. **Portuguese Journal of International Affairs**, Lisboa, n. 8, p. 23-32, spring/summer 2014. Disponível em: <<http://www.ipris.org/php/download.php?fid=795>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

SILVA, Agostinho A. J. **Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2014, p. 319.

SILVA, Márcia M. **A Independência de Angola**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007. Disponível em: <funag.gov.br/loja/download/492-Independencia_de_Angola_A.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

SILVEIRA, Maria A. F. **Dos Nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos (1945-1961)**. Tese (Doutorado em História), Universidade do Porto, 2011, 530 p. Disponível em: <<https://www.academia.edu/9501562>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

SMITH, Alan K. António Salazar and the Reversal of Portuguese Colonial Policy. **The Journal of African History**, Cambridge, v. 15, n. 4, 1974, p. 653-667. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/180995>>. Acesso em: 14 out. 2016.

SOUSA JÚNIOR, Fernando de. **O Nacionalismo Africano no Caminho para a Democracia: a transição do poder colonial para o partido único nos PALOP**. Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, Lisboa, n. 119, 2013. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/menupublicacoes/working-papers/265>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

VALENTIM, Jorge. **Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional**: de Gbadolite a Bicesse (1989-1992). Luanda: Mayamba, 2011.

VISENTINI, Paulo F. **A África na Política Internacional**: o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2011.

_____. As Relações Brasil-Angola: pivô da diplomacia africana. [In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), 5º, 2015, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos do 5º Encontro Nacional da ABRI**. Belo Horizonte: 2015]. Disponível em: <<http://www.encontronacional2015.abri.org.br>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

VISENTINI, Paulo G. F.; RIBEIRO, Luiz D. T.; PEREIRA, Analúcia D. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.